



*Epistemologias decoloniais,
interseccionalidade
e transfeminismos:*

raça, gênero, classe, território e marcadores sociais da diferença

Organizador:
Amadeu Cardoso do Nascimento

Organizador

Amadeu Cardoso do Nascimento

**Epistemologias decoloniais,
interseccionalidade e transfeminismos:
raça, gênero, classe, território e marcadores
sociais da diferença**



1ª Edição
Foz do Iguaçu
2024

© 2024, CLAEC

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 5988 de 14/12/73. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida para fins comerciais, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros. Aplica-se subsidiariamente a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

Diagramação: Valéria Lago Luzardo

Capa: Gloriana Solís Alpizar

Revisão: O organizador

ISBN 978-65-89284-51-2

DOI: <https://doi.org/10.23899/9786589284512>

Disponível em: <https://publicar.claec.org/index.php/editora/catalog/book/113>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Epistemologias decoloniais, interseccionalidade e transfeminismos [livro eletrônico]: raça, gênero, classe, território e marcadores sociais da diferença / organização Amadeu Cardoso do Nascimento. - Foz do Iguaçu, PR: CLAEC e-Books, 2024. PDF.

Vários colaboradores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-89284-51-2

1. Decolonialidade: 2. Interseccionalidade. 3. Transfeminismos. I. Nascimento, Amadeu Cardoso do.

CDD: 301

Os textos contidos neste e-book são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores e autoras, incluindo a adequação técnica e linguística.

Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura – CLAEC
Diretoria Executiva

Me. Bruno César Alves Marcelino
Diretor-Presidente

Dra. Cristiane Dambrós
Diretora Vice-Presidente

Dra. Betania Maciel
Diretora Vice-Presidente

Dr. Fábio do Vale
Diretor Vice-Presidente

Editora CLAEC

Me. Bruno César Alves Marcelino
Editor-Chefe

Dra. Danielle Ferreira Medeiro da Silva de
Araújo
Editora-Assistente

Dr. Lucas da Silva Martinez
Editor-Chefe Adjunto

Bela. Valéria Lago Luzardo
Editora-Assistente

Conselho Editorial

Dra. Ahtziri Erendira Molina Roldán
Universidad Veracruzana, México

Dra. Marie Laure Geoffray
Université Sorbonne Nouvelle – Paris III, França

Dra. Denise Rosana da Silva Moraes
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Dra. Ludmila de Lima Brandão
Universidade Federal do Mato Grosso, Brasil

Dr. Djalma Thürler
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Dr. Marco Antonio Chávez Aguayo
Universidad de Guadalajara, México

Dr. Daniel Levine
University of Michigan, Estados Unidos

Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Dr. Fabricio Pereira da Silva
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Dra. Sandra Catalina Valdettaro
Universidad Nacional de Rosario, Argentina

Dr. Francisco Xavier Freire Rodrigues
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Dra. Susana Dominzain
Universidad de la República, Uruguai

Dra. Isabel Cristina Chaves Lopes
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Dra. Suzana Ferreira Paulino
Universidade Federal Rural de Pernambuco, Brasil

Dr. José Serafim Bertoloto
Universidade de Cuiabá, Brasil

Dr. Wilson Enrique Araque Jaramillo
Universidad Andina Simón Bolívar, Equador

Sumário

Apresentação	5
<i>Amadeu Cardoso do Nascimento, Fabiana Pedreira Gelard, Yordanna Lara Pereira Rêgo</i>	
Teorias da conspiração antigênero e transfobia: uma etnografia sobre a atuação do Deputado Nikolas Ferreira (PL)	8
<i>Amadeu Cardoso do Nascimento, Evanielly S. Velozo Silva</i>	
DOI: 10.23899/9786589284512.1	
Epistemologia decolonial: a criação do negro na América Latina	26
<i>José Victor Franklin Gonçalves de Medeiros, Alex Tomáz</i>	
DOI: 10.23899/9786589284512.2	
Mulheres negras (re)pensando Ensino e Pesquisa: diálogos interdisciplinares entre História e Psicologia	35
<i>Marcelle Carvalho, Hilana Sousa Ferreira</i>	
DOI: 10.23899/9786589284512.3	
Afrodescendencia en Montevideo: redes barriales y culturales de sociabilidad (Villa del Cerro, 1970-1985)	46
<i>Tania Rodríguez Ravera</i>	
DOI: 10.23899/9786589284512.4	
Mulheres e homossexualidades na ditadura civil militar (1964 - 1985)	60
<i>Edmilson Alves Maia Júnior, Jamile Pinheiro da Silva, Antônio Jacó de Oliveira Neto</i>	
DOI: 10.23899/9786589284512.5	

Apresentação

A obra intitulada “*Epistemologias decoloniais, interseccionalidade e transfeminismos: raça, gênero, classe, território e marcadores sociais da diferença*”, parte de debates a partir de orientações contemporâneas no campo das ciências humanas e sociais discutindo diversas tradições nacionais e internacionais, ênfases teóricas, temáticas e problemáticas que têm buscado não apenas uma revisão conceitual dos cânones das ciências, bem como, têm denunciado a manutenção do terror colonial (Gelard, 2022) na ciência moderna na sociedade contemporânea, rompendo, assim, com os epistemicídios (Carneiro, 2023). Demarcados como “terror colonial” (Gelard, 2022) a continuidade da violência colonial na contemporaneidade, sendo traduzido pela negação da existência física e material do outro em sua diversidade.

Dentre as utopias do eurocentrismo e do cientificismo está a presunção de universalidade, que se estabelece desincorporado, desinteressado e sem qualquer pertencimento geoespacial. (Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2019). Compreendendo a ciência como um campo de disputa, o projeto decolonial parte da necessidade de se afirmar um conhecimento politicamente corporificado, a partir de saberes, vivências e experiências subalternizadas (Kilomba, 2019).

Os movimentos sociais (negro, indígena, feminista, LGBTQIAP+, quilombolas, favelados) são, notadamente, exemplos do enfrentamento articulado dos “epistemicídios” (Carneiro, 2023) de suas experiências, saberes e ciência. A partir disso, este livro tem como objetivo discutir as dimensões do gênero, raça, classe, sexualidade, orientação sexual, território e marcadores sociais da diferença (Nascimento, 2022) de forma interseccional (Crenshaw, 2002), transgredindo e rompendo com as imagens de controle (Bueno, 2019) sobre os corpos não hegemônicos (Collins, 2019). O transfeminismo teoria e prática interseccional de epistemologias produzidas por travestis e mulheres transexuais se aproxima do campo teórico do feminismo negro e decolonial (Nascimento, 2022; Rego, 2020)

A publicação dessa obra dá-se pelas experiências acumuladas coordenando Grupos de Trabalhos em eventos nacionais e internacionais com temas relacionados a epistemologias decoloniais. Os Grupos de Trabalhos coordenados por Amadeu Cardoso do Nascimento (UFRJ), Fabiana Pedreira Gelard (UERJ) e Yordanna Lara Pereira Rêgo (UFG). O GT 02: “*Antropologia decolonial, interseccionalidade e transfeminismos: raça, gênero, classe e território*” presente na Jornada de Antropologia John Monteiro em 2023 pela Universidade Estadual de Campinas teve 21 trabalhos apresentados durante três dias de evento. O GT 08 “*Epistemologias decoloniais, interseccional e transfeminista:*

raça, gênero, classe, território e marcadores sociais da diferença” foi realizado durante o XI Congresso Internacional de Diversidade Sexual, étnicorracial e de gênero (CINABETH) que aconteceu em novembro de 2023 no Rio de Janeiro, o ST 08 teve 21 trabalhos aprovados para compor o evento.

O Grupo de Trabalho “*História decolonial e interseccionalidade: raça, gênero, classe, território e marcadores sociais da diferença*” coordenado por Amadeu Cardoso do Nascimento (UFRJ) durante a XI Semana de História da Faculdade de Educação Ciências e Letras do Sertão Central, Quixadá, Ceará. O GT teve sete trabalhos aprovados. E o Minicurso coordenado por Amadeu Cardoso do Nascimento (UFRJ) no Grupo de Trabalho de Estudos de Gênero durante a Anpuh no Rio de Janeiro em setembro de 2023, intitulado “*Epistemologias decoloniais, interseccionalidade e transfeminismos: raça, gênero, classe, território e marcadores sociais da diferença*”, com 15 cursistas de todo o território nacional.

A partir dessas experiências de coordenação de Grupos de trabalhos e realização de Minicurso que nasce a proposta aqui apresentada. Discutindo questões sobre interseccionalidade, decolonialidade, transfeminismo, feminismo negro e como marcadores sociais da diferença atravessam as vivências e experiências da população subalternizada ao longo da história.

O primeiro capítulo traz uma etnografia proposta pelo autor Amadeu Cardoso do Nascimento (UFRJ) e pela autora Evanielly S. Velozo Silva (UFRJ), partindo de uma reflexão sobre teorias da conspiração antigênero e a disseminação da transfobia como discurso de ódio entre parlamentares no Brasil contra travestis e mulheres transexuais.

O segundo capítulo escrito por José Victor Franklin Gonçalves de Medeiros (UNILA) e Alex Tomáz (UNILA), “Epistemologia decolonial: a criação do negro na América Latina”. Os autores direcionam uma abordagem sobre o racismo, apresentando como as estruturas da colonialidade do poder, do saber e de gênero dominam a sociedade latino-americana. Aponta o olhar decolonial como caminho possível para romper com racismo.

O terceiro capítulo, com um olhar de afeto, ativismo e reflexões em torno da teoria do feminismo negro, Marcelle Carvalho (UFC) e Hilana Sousa Ferreira (UFC) apresentam “Mulheres negras (re)pensando Ensino e Pesquisa: diálogos interdisciplinares entre História e Psicologia”. As autoras imbuídas de uma luta ancestral, rompem com os epistemicídios contra mulheres negras. As autoras abordam de maneira interseccional as vozes de mulheres negras intelectuais do Brasil.

Visando abordar a temática afro-descendente, Tania Rodriguez Ravera (UNILA) em “Afrodescendencia en Montevideo: redes barriales y culturales de sociabilidad (Villa del Cerro, 1970-1985)”, apresenta uma rede de sociabilidade e expressões culturais em um lugar marcado pelo medo e violência durante em Montevideo.

Por fim, adentrando no universo da ditadura civil-militar, o quarto capítulo de Edmilson Alves Maia Júnior (FECLESC/UECE), Jamile Pinheiro da Silva (FECLESC/UECE) Antônio Jacó de Oliveira Neto (FECLESC/UECE), intitulado “Mulheres e homossexualidades na ditadura civil militar (1964 - 1985)”, narram os conflitos em torno do golpe civil militar de 1964 no Brasil, e as resistências articuladas por mulheres lésbicas, gays e travestis.

Boa leitura.

Amadeu Cardoso do Nascimento (UFRJ)

Fabiana Pedreira Gelard (UERJ)

Yordanna Lara Pereira Rêgo (UFG)

Teorias da conspiração antigênero e transfobia: uma etnografia sobre a atuação do Deputado Nikolas Ferreira (PL)

Amadeu Cardoso do Nascimento*

Evanielly S. Velozo Silva**

O cenário político nacional acerca das políticas antigênero: uma introdução

No início do ano de 2023 o jornal Folha de São Paulo fez um levantamento¹ e encontrou mais de 65 projetos de lei apresentados nas esferas do legislativo federal, estadual e municipal (de algumas cidades) que podem ser consideradas antigênero e que procuram, na sua maioria, legislar contra pessoas trans e travestis. Ou seja: mais de um novo projeto de lei antitrans é apresentado por dia nas Casas Legislativas no Brasil.

Os principais objetos das legislações são a proibição do uso da linguagem neutra/inclusiva em escolas e na administração pública, mesmo após o Supremo Tribunal Federal (STF) declarar a inconstitucionalidade de uma lei idêntica no estado de Rondônia. O impedimento do acesso de crianças e adolescentes trans e travestis a procedimentos médicos também vem sendo objeto de disputa política institucional, seguido da proibição da chamada ideologia de gênero, da implementação da Escola sem Partido, do impedimento de pessoas trans de participarem de competições esportivas, da proibição da instalação de banheiros unissex e também da criminalização de condutas consideradas estimuladoras da transição de gênero.

Um aspecto importante sobre essas matérias legislativas é que seu índice de aprovação no Congresso é baixo, sendo pouco provável que se tornem leis, pois podem ser vetadas pelo atual presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT) ou são consideradas

* Doutorando em Antropologia Cultural, pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em Antropologia Social (Unilab). E-mail: amadeumatosft2hotmail.com

** Doutoranda em Antropologia Cultural, pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: vany.velozo@gmail.com

¹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/03/brasil-tem-um-novo-projeto-de-lei-antitrans-por-dia-e-efeito-nikolas-preocupa.shtml>.

inconstitucionais pelo STF. Mas, ao se tratar de esferas Estaduais e/ou Municipais, esses índices podem ser ligeiramente diferentes, pois dependendo do contexto político de cada lugar, as matérias podem ser sancionadas pelo Executivo.

Diante da baixa possibilidade de aprovação no geral, é nítido que existem outros fins políticos quando parlamentares continuam insistindo na tramitação, discussão e aprovação de projetos idênticos aos já votados e/ou que foram considerados inconstitucionais. Um desses fins é voltado para aumentar o índice de produtividade do parlamentar, assim como a realização de Sessões Especiais lotadas de convidados influentes para que haja um aumento do alcance do tema na sociedade. Manter um projeto tramitando, mesmo sem sua aprovação, é garantir espaço para defesa de ideologias e visões de mundo e definir aliados e inimigos. Ou seja: uma quase-aprovação de um projeto de lei desencadeia efeitos interessantes, gerando conflitos cotidianos que garantem a reafirmação de argumentos e a eleição de determinados mandatos.

Uma quase-aprovação ou um quase-acontecimento, nos termos de Ballesterro (2011), é tão interessante e relevante quanto a aprovação ou o acontecimento em si:

A mudança foi um quase-acontecimento, não desencadeando completamente os efeitos pretendidos, uma vez que nunca foi adotada, e, no entanto, teve impacto nos afetos, histórias e práticas quotidianas das pessoas nos gabinetes de regulamentação (Ballesterro, 2011, p. 70-71).

É também o que afirmam Miskolci (2007) e Costa (2019): os ideais e as bandeiras desses grupos se materializam a partir da capilarização dos discursos na sociedade, de modo que as narrativas ganham vida própria e ficam disponíveis para qualquer pessoa acessar e usar como bem entenderem.

Levando em consideração a importância da circulação dessas narrativas e que a base dos argumentos utilizados para conferir ataques antigênero são permeados por teorias da conspiração, ou seja, explicações sobre/do mundo permeadas por intenções, dualismos e com certas informações ocultas (Cubitt, 1989) este trabalho pretende perpassar pelos eventos transnacionais ocorridos na década de 1990, fase que pode ser compreendida como uma nova temporalidade dos ataques antigênero e onde consideramos que o mito da conspiração (Cubitt, 1989) acerca da ideologia de gênero foi criado, para então analisar como esta categoria acusatória (Luna, 2017) está sendo mobilizada por um dos parlamentares da extrema direita no Congresso Nacional, Nikolas Ferreira (PL).

O foco nas falas e produções do deputado são estrategicamente escolhidas aqui para que seja possível identificar o lugar das ofensivas antigênero, principalmente antitrans, na projeção da sua imagem como político populista, já que o mesmo tem se destacado na extrema direita devido a sua constante presença nas redes sociais e seus posicionamentos polêmicos no Congresso Nacional.

Do mito às teorias da conspiração acerca da ideologia de gênero

Compreendida como uma categoria acusatória (Luna, 2017), a ideologia de gênero utiliza a concepção marxista de ideologia para acusar a teoria feminista ou transfeminista de falsificação e de propagar uma ideia enviesada sobre gênero, enquanto quem combate esse movimento está isento de vieses ideológicos (Políticas antigênero na América Latina, 2021, p. 11).

Esta categoria será classificada neste texto e também a partir dos seus usos atuais como uma teoria da conspiração, levando em consideração o que Cubitt (1989) classifica. Assim, teorias da conspiração, para o autor, são interpretações de novos acontecimentos/desenvolvimentos à luz de um mito da conspiração. O mito, por sua vez, refere-se a uma estrutura pré-existente, uma história que se toma como verdadeira e que é usada para compreender a forma como as coisas são ou acontecem.

A utilização do termo teoria da conspiração atualmente inclui uma série de organizações, instituições e por vezes, populações inteiras, diferente de como foi utilizado anteriormente, onde um número limitado de pessoas poderia ter contato com as teorias e sua divulgação era planejada de forma rigorosa (Lqtidar, 2016).

É interessante destacar que a internet contribui fortemente para que as teorias da conspiração sejam divulgadas e massificadas e que o parlamentar Nikolas Ferreira utiliza-se desta ferramenta para circular seus ataques. Mas, antes de expor em mais detalhes alguns argumentos encontrados, pretendo perpassar por alguns fatos sociais que foram basilares para o fortalecimento das ofensivas antigênero.

Sendo assim, a versão que predomina sobre “a constituição paulatina de uma política antigênero” (Correa, 2018), e como apontam autores/as como Kuhar e Paternotte (2018), é que a história da construção da categoria ideologia de gênero tem sua origem em 1994, no Cairo, na elaboração de uma contra estratégia da Igreja Católica após a Conferência das Nações Unidas sobre População e Desenvolvimento (CIPD) e logo após, em 1995, na Conferência Mundial sobre as Mulheres (CMM), em Pequim. Então, considero que a ideologia de gênero criada e utilizada naquele momento pode ser considerada um mito da conspiração.

Um mito se situa num passado datável, que se assemelha a um tempo histórico, conta uma história que é falada como verdadeira e supostamente histórica de uma conspiração e dos eventos e efeitos desastrosos que ela deu origem (Cubitt, 1989).

Como Biroli, Vaggione e Machado (2020) afirmam, há nos anos 1990 uma politização reativa acerca da noção de gênero e dos direitos reprodutivos e sexuais, e por isso, uma nova temporalidade estava se estabelecendo. É importante ressaltar aqui também que, outras narrativas sobre “cultura de morte” e “mentalidade contraceptiva” precederam a noção de “ideologia de gênero” e que estas noções são encontradas, inicialmente, em documentos católicos. A ideia por trás dessas narrativas visa situar a natureza como determinante dos papéis sociais, fortalecer uma moral familista unitária e definir temperamentos distintos para homens e mulheres (cisgêneros):

[...] os inventores desse truque afirmam que o conceito de gênero é um engodo porque clama pela igualdade entre homens e mulheres para borrar a diferença sexual “natural”, concebida como dimensão ontológica e imutável do humano (Políticas antigênero na América Latina, 2021, p. 11).

Seu primeiro registro se deu em um documento da Igreja Católica em 1998, no informe “Ideologia de gênero: seus perigos e alcances”, escrito pela Comissão da Mulher da Conferência Episcopal Peruana (Biroli; Vaggione; Machado, 2020). Sua noção foi forjada por intelectuais e teólogos católicos, ganhando mais força quinze anos mais tarde (Melo, 2020), e sua expansão por diversos países, principalmente por territórios da América Latina e Europa, vem aprofundando os questionamentos e distorções sobre a cientificidade do conceito de gênero.

Então, na década de 1990 população e autonomia reprodutiva foram temas importantes. Os temas acerca do campo da sexualidade, por outro lado, foram sendo mobilizados posteriormente devido ao ativismo de mulheres lésbicas. Segundo Correa (2018), no Comitê Preparatório para a CIPD, estas ativistas tentavam incluir demandas da não discriminação por orientação sexual, o que levou a discussão sobre direitos sexuais e sexualidade adolescente e originou a crise do Terceiro Comitê Preparatório e os ataques por parte do Vaticano - que referiu-se a possibilidade da inclusão dos direitos das lésbicas como anti-humanos (Butler, 2009).

Posteriormente, a palavra gênero foi sendo identificada, perseguida e colcheteada nos documentos e relatórios produzidos nesses eventos a ponto de ser classificada como políticas anti-mulher, anti-criança e anti-família. Esta narrativa foi fortalecida ao

longo dos anos e até a atualidade é usada para justificar ofensivas antigênero, com fins de aprovar legislações restritivas e barrar avanços de direitos.

Assim, a categoria ideologia de gênero foi utilizada como estratégia política que facilitou a atuação de um conjunto de atores conservadores, servindo também como base para a mobilização popular. Por isso, é considerada como uma espécie de “cola simbólica” (Biroli; Vaggione; Machado, 2020) por viabilizar a atuação conjunta de atores/as com interesses originalmente diferentes. Podemos citar como exemplo a união de grupos de políticos de carreira, think-tanks neoliberais, grupos literários de direita, membros de corporações profissionais, militares e até a direita judaica (como é o caso do Brasil) com católicos e evangélicos fundamentalistas (Políticas antigênero na América Latina, 2021, p. 13).

Atualmente, o uso desta categoria tem se ampliado bastante, a ponto de pesquisadoras como Sonia Correa (2020) considerarem-na como uma espécie de significante vazio, de onde se retiram múltiplos argumentos anti-progressistas e que serve para acionar pânico morais, causar medo, apontar inimigos e simplificar narrativas acerca de questões sociais complexas.

Considero que nos anos 2000, o mito da ideologia de gênero ramifica-se em teorias da conspiração, pois o que inicialmente teria sido construído para atacar pautas acerca dos direitos sexuais e de gênero, passa a englobar outras acusações, tais como supostas doutrinações praticadas por professores que resultam em perseguições e retirada da liberdade de cátedra desses profissionais, bem como questões acerca de cotas sociais em editais públicos e acusações sobre práticas classificadas como comunistas, esquerdistas e petistas.

Como exemplo, podemos citar o Edital nº 29/2019, de 09 de Julho de 2019 do “Processo seletivo específico para pessoas transgêneras e intersexuais²” lançado com o intuito de incentivar a entrada destas pessoas nos cursos de nível superior da Universidade da Integração Internacional. O mesmo edital abriu vagas para “estudantes transexuais, travestis, pessoas não binárias e intersexuais oriundos de qualquer percurso escolar, e que tenham concluído o ensino médio”. Na ocasião, sob forte acusação de conspiração e ideologia de gênero, o edital foi anulado pelo Ministério da Educação e pelo reitor na Universidade, culminando no anúncio de cancelamento do vestibular pela conta no *twitter* do ex-presidente da república, Jair Messias Bolsonaro.

² Ver mais em: <https://unilab.edu.br/trans-intersexos/>.

A anulação do edital foi apontada como um ato transfóbico³ pelos estudantes e docentes da Universidade.

Além disso, nas primeiras décadas do século XXI no Brasil, vários conflitos políticos foram sendo travados em torno do Programa Educação Sem Homofobia, do Plano Nacional de Direitos Humanos e a partir de 2016 tivemos a larga utilização da categoria ideologia de gênero nas Casas Legislativas quando foi usada no discurso do deputado Elimar Damasceno, que utiliza a categoria acusatória para atacar o que considerava uma “má conduta sexual”.

Nikolas Ferreira: populismo conservador, política da imutabilidade e política da confiança

Ao identificar grupos e indivíduos envolvidos na politização do gênero, notamos o forte investimento para ganhar espaço e poder na esfera pública. “Trata-se, de fato, de um investimento no sentido de preservar a centralidade de uma certa ordem do gênero e da sexualidade na identidade nacional (Políticas antigênero na América Latina, 2021, p. 28). Estudos de Kalil e Corrêa (2020) demonstram como no Brasil o combate à “ideologia de gênero” é parte fundamental de uma ação política de ampla escala, agregando uma enorme heterogeneidade de eleitores e parlamentares em torno da pauta autoritária e excludente que Jair Bolsonaro utilizou fortemente para ter êxito nas eleições.

Diversos parlamentares eleitos utilizaram-se da narrativa antigênero para fortalecer suas candidaturas e manterem-se alinhados com o eleitorado conservador. Atualmente, quem tem se destacado no Congresso Nacional devido a utilização de argumentos conspiracionistas no Plenário e nas suas redes sociais online é o deputado Nikolas Ferreira (PL).

Nikolas Ferreira, de 26 anos, foi eleito como deputado federal e nesta eleição foi o mais votado do Brasil com 1.492.047 votos. Defende a bandeira conservadora e tem suas redes sociais como principal ferramenta de divulgação de discursos. Também é apoiador do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Ao analisar sua produção legislativa na plataforma online do Congresso Nacional é possível encontrar algumas informações relevantes a serem contrastadas. Numa consulta feita até o fim do primeiro semestre de 2023 o deputado havia protocolado

³ Ver mais em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/estudantes-e-professores-criticam-anulacao-de-edital-na-unilab-1.2124831>.

cinco Projetos de Lei (PL) que procuram legislar sobre facilitação da posse de arma de fogo, criminalização de elevação de preços em situação de calamidade, manutenção do direito à “liberdade de expressão”, anistia a presos políticos desde 2016 e a declaração de patrona da educação para a Professora Helley de Abreu Silva Batista.

Encontramos também Projetos de Lei enviados ao Senado (PLS), e um deles tem o objetivo de sustar “orientações estratégicas para o Plano Plurianual (PPA) e para o Plano Nacional de Saúde (PNS) 2024-2027”. Na justificativa do PLS 198/2023, o Deputado destaca como orientações emblemáticas:

[...] “intersectorialidade nas ações de saúde para o combate às desigualdades estruturais e históricas, com a ampliação de políticas sociais e de transferência de renda, com a legalização do aborto e a legalização da maconha no Brasil” (Orientação nº 49); a “revisão da cartilha de pessoas trans, caderneta de gestante, pré-natal, com foco não binário” (Orientação nº 44); e a “redução da idade de início de hormonização para 14 anos” (Orientação nº 44, tratando da chamada “hormonioterapia”) (Brasil, 2023, p. 2).

Não é objeto deste trabalho a análise do Plano Nacional de Saúde. Entretanto, o que é possível fazer aqui é a comparação entre ações parlamentares anteriores sobre o conteúdo do Plano Nacional de Educação e o colcheteamento da palavra gênero em todo o texto. Assim como é possível ler a partir da sua produção legislativa, com ênfase em Projetos de Lei, que o objetivo de políticos como Nikolas Ferreira e outros atuais e ex-deputados autointitulados conservadores é impedir o desenvolvimento de políticas, bem como a ampliação da sua implementação para grupos de pessoas LGBTQIA+, por exemplo. Não há proposições de outras políticas públicas, há o desmanche dos avanços políticos que resultam em efeitos catastróficos sobre o cotidiano dessas pessoas.

No geral, grande parte da sua produção vem de Requerimentos com várias finalidades (184 matérias) e há também cinco Propostas de Emenda à Constituição. Se compararmos a sua produção com a de Deputadas como Erika Hilton (PSOL) por exemplo, das quais o deputado veemente ataca devido a sua identidade de gênero por ser uma parlamentar travesti, é possível encontrar no site do Congresso 23 PLs, além do Projetos de Resolução e outras matérias. O mandato da Deputada como é possível identificar, vem propondo políticas a serem implementadas e tem uma atuação jurídica robusta e eficiente, acionando órgãos como o Ministério Público Federal (MPF) quando é possível.

A última ação jurídica liderada pelo mandato da Deputada diz respeito a denúncia ao MPF por transfobia após deputado ironizar jogadora de eSports não binária, Nicolas “srN” Niederauer. O Deputado publicou um *tweet* que dizia que “As mulheres estão perdendo espaço para homens que sentem mulheres⁴”. Hilton, por sua vez, abre a denúncia pois o Deputado cometeu os crimes de transfobia, discriminação, violência e opressão. Ainda assim, o mandato do Deputado Nikolas Ferreira continua criando inimigos, criando teorias da conspiração e reafirmando valores conservadores.

No seu *Instagram*, uma das suas redes sociais *online* com mais de 9 milhões de seguidores, o Deputado produz diversos conteúdos sobre questões de gênero e sexualidade, o que é divergente da sua produção legislativa. É possível ver que um dos seus destaques⁵ reúne vídeos de paradas LGBTQIA+ em diversos países diferentes, além de apresentações de drag queens e travestis e pessoas usando roupas de couro que remetem à prática de BDSM. A curadoria feita pela equipe do Deputado destaca que ao lado dessas pessoas classificadas por ele como “amorais” existem crianças inocentes que estão sendo expostas à manipulação e que estão sendo coagidas, a ponto de estarem sendo “sexualizadas” e forçadas a se tornarem idênticas em questão da identidade de gênero, orientação e práticas sexuais daqueles que estão indo às ruas manifestar sua existência, lutarem pelos seus direitos e/ou simplesmente se divertir.

Ao se referir ao Brasil, o Deputado causa pânico: “aqui as coisas não estão assim porque existe a Igreja⁶”, mas, parafraseando Nikolas, “ainda assim o ativismo LGBTQIA+ em todo mundo trabalha com planejamento e estratégia para destruir valores morais e para impor sua orientação sexual⁷”. Apesar das suas acusações, o Deputado afirma que há flexibilidade no seu discurso: ao invés de considerar a homossexualidade como doença, considera como pecado, pois havendo arrependimento sobre suas ações é possível ser perdoado.

A categoria acusatória ideologia de gênero aparece nas suas falas no *Instagram* e no Plenário da Câmara quando se refere à sua missão enquanto “homem de coragem por denunciar casos absurdos” e as últimas falas acerca da Reforma Tributária: “por

⁴ Ver mais em: <https://oglobo.globo.com/blogs/sonar-a-escuta-das-redes/post/2023/12/erika-hilton-denuncia-nikolas-ferreira-ao-mpf-por-transfobia-apos-deputado-ironizar-jogadora-de-esports-nao-binaria.ghtml>.

⁵ Ferramenta disponível no *Instagram* que dá possibilidade de reunir stories que já haviam sido postados, como forma de armazenar esse conteúdo e deixá-lo disponível para além de 24 horas.

⁶ Ver mais em: <https://www.instagram.com/stories/highlights/17971031423228305/?hl=pt-br>.

⁷ Fala extraída do *Instagram* do Deputado Nikolas Ferreira. Ver mais em: <https://www.instagram.com/stories/highlights/17971031423228305/?hl=pt-br>.

incrível que pareça, a esquerda consegue colocar ideologia de gênero na reforma tributária⁸, relata o Deputado em um dos vídeos feitos no Plenário da Câmara e postados no seu Instagram. Mas, na verdade, o que se encontra no texto da Reforma é uma priorização, para os mais pobres, para mulheres e negros no recebimento de devolução de impostos, o chamado *cashback*.

A partir dessas observações, é possível também analisar as estratégias discursivas do Deputado a partir do populismo. Curato (2016) sugere em seu texto sobre a ascensão de Rodrigo Duterte⁹, que a lógica da tensão entre política da esperança e política da ansiedade se reforçam mutuamente resultando num populismo - que para a autora é caracterizado pela construção de um antagonismo entre o povo e o outro. No caso estudado pela autora, essa dicotomia é ilustrada entre cidadãos virtuosos e criminosos endurecidos.

Para Curato, o público de Duterte atravessa as classes, gerações, gênero e geografia. Não são simplesmente manipulados e desesperados e concedem avaliações morais, decidindo se apoiam ou não os políticos que lhes dão reconhecimento e estima. O político em questão usa de narrativas distópicas, lançando soluções mais urgentes e apontando o seu caminho como o único para a salvação. E o sucesso da sua narrativa vem em partes da ansiedade latente que é identificada pela autora na esfera pública e que está ligada ao uso generalizado de drogas, neste caso.

Neste caso, esses problemas identificados nunca foram resolvidos em caráter definitivo. O que há é a politização de uma questão normalizada, uma cruzada antidroga e a atribuição de culpa ao establishment político. O problema ganha visibilidade, causa indignação moral entre as comunidades e uma possível saída frente à ameaça social. Curato (2016) classifica este tipo de populismo como penal, que dá voz aos medos (ansiedade) mas também as aspirações, recuperando uma agência democrática (esperança) e a possibilidade de imaginar e planejar um futuro (p. 111).

Existem algumas aproximações e distâncias entre o populismo penal de Curato (2016) e as práticas populistas de políticos como Nikolas Ferreira, que classifico aqui como uma espécie de populismo conservador (Alvares, 2022). Considero como aproximações a simplificação de narrativas e soluções para o que passa a ser identificado como problema social, que segundo conservadores, pode destruir

⁸ Fala extraída do Instagram do Deputado Nikolas Ferreira. Ver mais em: <https://www.instagram.com/stories/highlights/17971031423228305/?hl=pt-br>.

⁹ Ex-presidente das Filipinas.

sociabilidades e a ordem em determinadas comunidades. Além disso, o fato de centralizar no debate político a indignação moral que uma parte da sociedade expressa, faz com que o seu prestígio político aumente à medida que se mostra preocupado com o futuro de uma nação ou de uma região.

Entretanto, considero que, apesar de identificar uma certa tensão entre sentimentos sociais duais, apontaria no caso de políticos como Nikolas que há de um lado a promessa pela política da imutabilidade (ou preservação) e do outro uma política da confiança (ou certeza/normalidade/estabilidade/ordem).

Neste caso, a tensão constitutiva do populismo conservador é baseada entre a política da imutabilidade e a política da confiança. E a dicotomia populista acontece entre cidadãos de bem e indivíduos classificados por extremistas como “amorais”, que se estrutura a partir do discurso antigênero tendo como principal categoria acusatória a ideologia de gênero e as teorias da conspiração criadas em seu entorno.

Políticos como Nikolas Ferreira dão visibilidade e disseminam com a ajuda das redes sociais o que identifica como causa para a indignação moral de eleitores e discursa para o restabelecimento e/ou manutenção de uma ordem que supostamente estaria sendo destruída. Mas, ao mesmo tempo, suas acusações e tentativas de aprovação de leis não tornam-se realidade, devido a várias questões, dentre elas a inconstitucionalidade dos textos jurídicos e no seu caso, a falta de produção legislativa. Ou seja: discursos antigênero sustentam mandatos e mantêm o poder de políticos que pouco conseguem concretizar através de leis ou políticas públicas os anseios dos eleitores.

É importante ressaltar aqui que, apesar disso, estudos de ativistas e pesquisadoras ligadas ao Observatório de Políticas e Sexualidades (SPW) e outros núcleos de pesquisa, afirmam que o Brasil é um dos países que apresentam as ofensivas antigênero como parte do Estado. Apesar da não aprovação, os discursos tem se ramificado e instalado em formas de governar indivíduos, processos burocráticos e políticas públicas. Mas, esta é outra janela de análise que necessita de dedicação e pesquisa mais aprofundada.

Nikolas Ferreira e o discurso de ódio transfóbico

No dia 8 de março de 2023, acompanhamos por meio de vídeos nas redes sociais e em jornais televisivos o discurso do deputado Nikolas Ferreira na Assembleia Legislativa, que na ocasião havia vestido uma peruca e proferia ódio e transfobia na sua fala:

Hoje, no Dia Internacional das Mulheres, a esquerda disse que eu não poderia falar, porque eu não estava no meu local de fala. Solucionei esse problema [vestiu uma peruca]. Hoje, me sinto mulher. [Sou a] Deputada, Nicole. As mulheres estão perdendo seu espaço para homens que se sentem mulheres (Falcão, 2023).

Por discurso de ódio compreendemos, a partir dos apontamentos feitos por Valério Trindade (2022), “se caracteriza pelas manifestações de pensamento, valores e ideologias que visam inferiorizar, desacreditar e humilhar uma pessoa ou um grupo social, em função de características como gênero, orientação sexual, filiação religiosa, raça, lugar de origem ou classe” (p. 17). Se voltarmos ao discurso do Deputado Nikolas Ferreira, notamos a utilização de piadas depreciativas, desvalorizando a identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais, por exemplo, e utilizando do Plenário para humilhá-las.

Ainda por discurso de ódio relacionado a transfobia, concordamos com Luciana Barreto (2023) quando diz que este é um reflexo estrutural da propagação e manutenção nas relações sociais e culturais que inferiorizam determinado grupo social, assim, subalterniza travestis e mulheres trans por meio de atitudes transfóbicas. Como aponta Jesus “essa violência letal de gênero, em que as mulheres transexuais e as travestis são alvos recorrentes, afigura-se, em um nível superficial, na categoria dos crimes de ódio, e em um nível mais profundo, como uma forma de genocídio (Jesus, 2013. p.101).

Completamos esse raciocínio destacando a consequência destes atos: os dados de assassinatos destas pessoas - sem contar com as subnotificações, ou seja, com os casos que não são notificados e/ou denunciados. Segundo o Relatório da Associação Nacional de Travestis e Mulheres Transexuais (ANTRA, 2023) e da Rede Trans Brasil (2021) os números de assassinatos e transfobia contra travestis e mulheres transexuais no Brasil têm sido alarmante, se configurando como crime de ódio (Jesus, 2013; 2018) ou uma política de rebaixamento (Gonçales, 2021) de identidade de gênero e sexualidade dissidente.

Sobre os casos de violências contra travestis e transexuais no Brasil, Bruna Benevides (2023) diz que:

Em números absolutos, Pernambuco foi o estado que mais matou a população trans em 2022, com 13 assassinatos, saindo da 5ª posição para assumir o primeiro

lugar; seguido de São Paulo que caiu da 1ª para a 2ª posição e do Ceará que saiu de 4º para 3º em 2022, com 11 casos cada. [...] São Paulo, Ceará e Rio de Janeiro permanecem como os estados que sempre ocuparam posições entre os cinco estados que mais assassina pessoas trans do Brasil (Benevides, 2023, p. 29).

Os dados acima são reflexos da política antigênero contra travestis e mulheres transexuais, que por sua vez está diretamente relacionada ao feminicídio, machismo e (cis)sexismo, pois, como aponta Leticia Nascimento (2021, p. 162) “podemos entender o feminicídio como um crime motivado pelo ódio e desprezo às identidades femininas”.

Assim, podemos afirmar que a colonialidade de gênero constrói barreiras sociais e hierarquiza os gêneros, dentro de um espectro de normas de binaridade entre homem/mulher cisgênera (Maria Lugones, 2014). Propondo uma crítica à colonialidade por meio de um olhar teórico-político como projeto alternativo “por demandas” Rita Segato (2021) diz que

Entendemos o gênero, como distribuição de posições desiguais na ordem patriarcal, também resulta da biologização da hierarquia. Aqui gênero e raça colonial-modernos e a ciência cartesiana combinam-se para produzir a metafísica das posições em termos de uma “biologia” de gênero e raça (Segato, 2021, p. 27).

A colonialidade de gênero cria opressões sociais, o que Hirano (2019) categorizou como marcadores sociais da diferença da identidade de gênero e Collins (2019) aponta como “imagens de controle” de travestis (Nascimento, 2022). Por imagens de controle, podemos encontrar em Patricia Hill Collins (2019) homologias entre a “imagem de controle” da mulher negra nos Estados Unidos e a “imagem de controle” das travestis no Brasil:

As imagens estereotipadas da condição da mulher negra assumem um significado especial. Dado que a autoridade para definir valores sociais é um importante instrumento de poder, grupos de elite no exercício do poder manipulam ideias sobre a condição de mulher negra. Para tal, exploram símbolos já existentes, ou criam novos (Collins, 2019, p. 23).

Aplicando como categoria analítica, segundo Winnie Bueno (2020), as imagens de controle não são fixas, pois “constantemente, novos estereótipos são mobilizados pelos grupos dominantes, com o intuito de justificar as violências experienciadas pelas mulheres negras em razão de sua raça, origem, sexualidade, idade, etnia e condição

física” (Bueno, 2020, p. 114). Assim, as violências destinadas às travestis perpassam a construção de imagens negativas e estereótipos (Nascimento, 2022).

A violência contra travestis e mulheres trans é uma construção histórica de não cidadania completa, de não-humanidade (Souza, 2022), de uma vida precarizada que não importa (Butler, 2020) para uma sociedade cisheteronormativa. Nikolas Ferreira com seu discurso de ódio fortalece uma política de inimizade (Mbembe, 2017) contra corpos de pessoas trans e travestis, e/ou uma necropolítica (Mbembe, 2018), uma política de morte, de deixar morrer e não viver. Ou se deixar viver, é preciso permanecer humilhada (Díaz-Benitez, Gadelha, Rangel, 2021). Um poder que opera contra as vidas das travestis e das pessoas trans, o poder do terror, do medo (Asad, 2007), de corpos e vidas que não merecem ser reconhecidas como vidas e assim se constrói políticas para governar corpos, ou o não reconhecimento desses corpos (Fassin, 2003).

A transfobia como uma ação direta de Nikolas Ferreira contra travestis e pessoas trans, ameaça a cidadania desses grupos historicamente subalternizados. O ato transfóbico como uma política antigênero, têm expulsado as travestis e mulheres trans da escola, um assujeitamento à margem da sociedade (Nogueira, 2015) pois a transfobia é um dispositivo de poder (Gomes de Oliveira, 2020). Contudo, é nas margens que nascem as resistências, ativismos, alianças e aquilombamentos de travestis e mulheres transexuais (Nascimento, 2022).

Segundo o historiador José Murilo de Carvalho (2012) alguns grupos sociais demoraram a conseguir uma cidadania plena. Para o autor os direitos civis, políticos e sociais dessa população estão sempre ameaçados, e a luta pela garantia da cidadania é uma constante. Nessa encruzilhada pela busca pela cidadania, as travestis e pessoas têm enfrentado historicamente a negação de direitos humanos. Hunt (2012) aponta que os direitos humanos para grupos historicamente subalternizados e inferiorizados tem seus direitos civis, políticos e sociais ainda não garantidos. O discurso de ódio fortalece a violência, a humilhação, rebaixamento e nojo contra corpos não hegemônicos, que fogem da binaridade de gênero.

Considerações finais

Apesar do Deputado Nikolas Ferreira ser um dos principais nomes da política institucional que se destaca devido a sua atuação conservadora, sua produção legislativa não entra para o mapeamento feito pelo jornal Folha de São Paulo sobre

projetos de lei antigênero. Ou seja: toda a sua projeção vem dos discursos e performances no Plenário do Congresso Nacional ou das suas redes sociais *online*.

O Deputado oferece cursos, tendo como módulos a identificação do ativismo LGBTQIA+, cria destaques, ataca a existência de pessoas desta população, mas procura legislar sobre outras agendas. Isto pode ser interpretado como uma tática política, ao modo que projetos antigênero são dificilmente sancionados. Mas, ao mesmo tempo, o uso da categoria acusatória de ideologia de gênero é acionada para manter seus eleitores alinhados com o discurso proferido.

Assim, compreendo que as ofensivas antigênero são basilares para a eleição e manutenção de poder de Deputados como Nikolas e que para isso é necessário estar constantemente procurando por brechas - seja em Planos e projetos de lei do governo, seja em Paradas LGBTQIA+ - para que seja possível a reafirmação da sua atuação.

Essa reafirmação da atuação, é bom destacar, tem por finalidade oferecer uma política da confiança para seus seguidores e eleitores, no sentido de que a ordem e a moral cristãs irão prevalecer, mesmo que tenham inimigos que pretendem distorcer esses valores. Assim, a confiança depositada no Deputado, que sempre se mostra atento e combativo ao que considera uma imposição de orientação sexual, vem da criação de uma política da imutabilidade. De um lado, eleitores depositam sua confiança e do outro o Deputado procura mostrar que sua atuação pretende manter bons costumes: esta seria a fórmula do que consideramos um populismo conservador, baseado em teorias da conspiração sobre a ideologia de gênero.

Teorias da conspiração antigênero e populismo conservador, que rivalizam cidadãos de bem e sujeitos amorais, se retroalimentam e são parte fundamental da construção de mandatos conservadores de políticos como Nikolas e vem funcionando pois seu eleitorado parece estar mais preocupado em saber que existe alguém que os representa no Congresso, a ponto de discursar e permanecer defendendo seus valores, independente do que procuram produzir e implementar enquanto parlamentares.

Entretanto, essas ofensivas antigênero vem sendo mapeadas, denunciadas e punidas. O próprio Nikolas Ferreira foi condenado devido a transfobia cometida contra a Deputada Duda Salabert. A condenação de Nikolas Ferreira refere-se ao ato de transfobia quando ele ainda não era vereador de Minas Gerais. O então deputado na época desrespeitou a identidade de gênero da deputada. Outras condenações de Nikolas Ferreira foram comemoradas pelo movimento LGBTQIA+, pela Associação Nacional de Travestis e Mulheres Transexuais (ANTRA) e por Duda Salabert em suas redes sociais.

Referências

- ALVARES, D. G. **Populismo conservador e agendas anti-LGBT no Brasil e na Rússia**: um estudo comparado. 2022. 152 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito, 2022.
- ASAD, T. “El terrorismo suicida”. In: ASAD, T. **Sobre el terrorismo suicida**. Barcelona Editorial Laertes, 2007. p. 57-82.
- BALLESTERO, A. **A future history of water**. Durham: Duke University Press, 2019.
- BARRETO, L. **Discursos de ódio contra negros nas redes sociais**. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2023.
- BENEVIDES, B. G. **Dossiê**: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022. Brasília: Distrito Drag; ANTRA, 2023.
- BENEVIDES, B. G.; LEE, D. Por uma Epistemologia das Resistências: Apresentando Saberes de Travestis, Transexuais e Demais Pessoas Trans. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 9, n. 2, p. 252-255, 2018.
- BIROLI, F.; VAGGIONE, J. M.; MACHADO, M. das D. C. M. **Gênero, Neoconservadorismo e Democracia**: Disputas e Retrocessos na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BRASIL. Câmara Federal de Deputados. **Projeto de Decreto de Lei 198/2023**. Susta os efeitos da Resolução nº 715, de 20 de julho de 2023, do Conselho Nacional de Saúde, que trata das “orientações estratégicas para o Plano Plurianual (PPA) e para o Plano Nacional de Saúde (PNS) 2024-2027”. Autoria: Nikolas Ferreira. Brasília, 2023. Disponível em:
https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2302909.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BUENO, W. **Imagens de controle**: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins. Porto Alegre: Zouk, 2020.
- BUTLER, J. **Desdiagnosticando o gênero**. Physis – Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 2009.
- BUTLER, J. **Quadros de guerra**: Quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.
- CARNEIRO, S. **Dispositivo de racialidade**: A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- CARRARA, S. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. **Mana**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 323-345, 2015.
- CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2012.
- COLLINS, P. H. **Pensamento Feminista negro**: conhecimento, consciência da política do empoderamento. Tradução Jamilyne Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

Epistemologias decoloniais, interseccionalidade e transfeminismos: raça, gênero, classe, território e marcadores sociais da diferença

Teorias da conspiração antigênero e transfobia: uma etnografia sobre a atuação do Deputado Nikolas Ferreira (PL)
DOI: 10.23899/9786589284512.1

CORRÊA, S. A “política do gênero”: um comentário genealógico. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 53, e185301, 2018.

CUBITT, G. Conspiracy myths and conspiracy theories. **Journal of the Anthropological Society of Oxford**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 12-26, 1989.

CURATO, N. Politics of anxiety, politics of hope: Penal populism and Duterte’s rise to power. **Journal of Current Southeast Asian Affairs**, [S. l.], v. 35, n. 3, p. 91-109, 2016.

DÍAZ-BENITEZ, M. E.; GADELHA, K.; RANGEL, E. Nojo, humilhação e desprezo: uma antropologia das emoções hostis e da hierarquia social. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 46, n. 3, 2021.

A OFENSIVA antigênero como política de Estado. **Conectas**, 2020. Disponível em:
<https://www.conectas.org/noticias/ofensiva-antigenero-politica-estado/> 1/5. Acesso em: nov. 2021.

FALCÃO, M.; VIVAS, F. PGR diz ao STF que fala transfóbica de Nikolas Ferreira está protegida por imunidade parlamentar. **G1**, 2023. Disponível em:
<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/05/26/pgr-diz-ao-stf-que-fala-transfobica-de-nikolas-ferreira-esta-protetida-por-imunidade-parlamentar.ghtml>. Acesso em: 30 nov. 2023.

FASSIN, D. Governar por los Cuerpos: Políticas de Reconocimiento Hacia los pobres y los Imigrantes. **Cuadernos de Antropología Social**, [S. l.], n. 17, p. 49-78, 2003.

GONÇALES, N. Um passado mal-acabado: políticas de rebaixamento étnico racial da população cigana. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 46, n. 3, p. 130-148, 2021.

HIRANO, L. F. K **Marcadores sociais das diferenças**: fluxos, trânsitos e intersecções. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2019.

HUNT, L. **A invenção dos direitos humanos**: uma história. Curitiba: A Página, 2012.

JESUS, J. G. de. Transfobia e crimes de ódio: assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. In: MARANHÃO FILHO, E. M. de A. (org.). (In)Visibilidade Trans. **História Agora, a Revista de História do Tempo Presente**, Santa Maria, v.16, n. 2, p. 101-123, 2013. Disponível em:
https://www.academia.edu/15274929/Transfobia_e_crimes_de_%C3%B3dio_Assassinatos_de_pessoas_transg%C3%AAnero_como_genoc%C3%ADdio. Acesso: 21 jun. 2023.

JESUS, J. G. de. Transfobia e crimes de ódio: assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. In: MARANHÃO FILHO, E. M. de A. (org.). (In)Visibilidade Trans 2. **História Agora, a Revista de História do Tempo Presente**, Santa Maria, v. 16, n. 2, p. 101-123, 2013. Disponível em:
https://www.academia.edu/15274929/Transfobia_e_crimes_de_%C3%B3dio_Assassinatos_de_pessoas_transg%C3%AAnero_como_genoc%C3%ADdio. Acesso em: 21 jun. 2023.

JESUS, J. G. de. Travessia: caminhos da população trans na história. In: GREEN, J. N.; QUINALHA, R.; CAETANO, M.; FERNANDES, M. (orgs.). **Histórico do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

JUNQUEIRA, R. D. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Rev. psicol. polít.** [online], 2018, v. 18, n. 43, p. 449-502.

Epistemologias decoloniais, interseccionalidade e transfeminismos: raça, gênero, classe, território e marcadores sociais da diferença

Teorias da conspiração antigênero e transfobia: uma etnografia sobre a atuação do Deputado Nikolas Ferreira (PL)
DOI: 10.23899/9786589284512.1

KALIL, I. Políticas antiderechos en Brasil: neoliberalismo y neoconservadurismo en el gobierno de Bolsonaro. In: **Derechos en riesgo en América Latina 11 estudios sobre grupos neoconservadores**. Bogotá: Fundación Rosa Luxemburg - Biblioteca Pensadores/as latinoamericanos/as, 2020.

KALIL, I. **Políticas Antigênero en América Latina**: Brasil. Rio de Janeiro: Observatorio de Sexualidad y Política (SPW), 2020.

LOWENKRON, L.; FERREIRA, L. Perspectivas antropológicas sobre documentos: diálogos etnográficos na trilha dos papéis policiais. In: FERREIRA, L.; LOWENKRON, L. (orgs.) **Etnografia de documentos**: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias. Rio de Janeiro: E-Papers, 2020.

LQTIDAR, H. “Conspiracy theory as political imaginary: Blackwater in Pakistan”. *Political Studies*, [S. l.], v. 64 n. 1, p. 200-215, 2016.

LUNA, N. A criminalização da “ideologia de gênero”: uma análise do debate sobre diversidade sexual na Câmara dos Deputados em 2015. **Cad. Pagu**, Campinas, v. 50, 2017.

MBEMBE, A. **A política da Inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

MBEMBE, A. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MELO, F. El género como catástrofe: performatividades religiosas y la emergencia de la “ideología de género” en Brasil. **Etnográfica**, v. 25, n. 3, 2021. Disponível em:
<http://journals.openedition.org/etnografica/10190>. Acesso em: 18 maio 2021.

MELO, F. Não é fumaça, é fogo! Cruzada antigênero e resistências feministas no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 3, e72564. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ref/a/qzQJqn8gWfBY4Rvdp3dxwDP/?lang=pt>.

MISKOLCI, R. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 101-128, 2007.

MOUFFE, C. **The Democratic Paradox**. London: Verso, 2005.

MOURA, F. P. de; SILVA, R. da C. A. da. **6 anos de projetos “Escola sem Partido” no Brasil**: levantamento dos projetos de lei estaduais, municipais, distritais e federais que censuram a liberdade de aprender e ensinar. Brasília: Frente Nacional Escola Sem Mordaça, 2020.

NASCIMENTO, A. C. Do. **“Travestis em todos os lugares”**: Uma investigação antropológica de resistências, alianças e ativismo de/com travestis em Fortaleza. 2022. Dissertação (Mestrado) - Mestrado em Antropologia. Programa Associado de Pós-Graduação UFC/UNILAB. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Redenção-CE, 2022.

NASCIMENTO, L. C. P. do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaira, 2021.

NOGUEIRA, L. **Travestis na escola**: Assujeitamento e resistência à ordem normativa. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

Epistemologias decoloniais, interseccionalidade e transfeminismos: raça, gênero, classe, território e marcadores sociais da diferença

Teorias da conspiração antigênero e transfobia: uma etnografia sobre a atuação do Deputado Nikolas Ferreira (PL)
DOI: 10.23899/9786589284512.1

ABIA; Ação Educativa, Gênero e Educação; ABGLT; ANTRA; CLADEM; Conectas; FAFICH; IPAS (orgs.).
Ofensivas antigênero no Brasil: políticas de Estado, legislação, mobilização social. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinas de Aids - ABIA, 2021.

CORRÊA, S. (ed.). **Políticas antigênero na América Latina:** resumos dos estudos de casos nacionais. 1. ed. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinas de Aids - ABIA, 2021.

POTECHI, B. **Fazer mulher, fazer lei:** uma etnografia da produção de leis no Congresso Nacional Brasileiro. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11087>.

REDETRANS. **Censo Trans 2020.** Reflexões sobre os dados do censo trans: Sem motivos para orgulho: diálogos e análises do contexto socioeconômico de mulheres travestis e transexuais no Brasil. Organização: Dediane Souza. 2022.

SOUZA, D. **Dando o nome:** eu e Dandara na construção de narrativas de humanidades de travestis em Fortaleza-CE a partir de um recorte do Jornal O Povo. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Ceará, 2022.

Epistemologia decolonial: a criação do negro na América Latina

José Victor Franklin Gonçalves de Medeiros*
Alex Tomáz**

Introdução

O racismo na América Latina constitui uma área de estudo complexa, frequentemente eclipsada pela tendência de enxergar a região como um "caldeirão" harmonioso de culturas e etnias. No entanto, tal abordagem superficial oculta as profundas desigualdades raciais e estruturas de poder que se mantêm enraizadas no tecido social latino-americano. A compreensão deste fenômeno exige um olhar crítico sobre as narrativas dominantes e uma análise profunda das estruturas de poder que foram estabelecidas desde o período colonial e que perduram até os dias atuais (Quijano, 2000).

Inspirados pela visão decolonial e buscando contribuir para o desmantelamento de estruturas opressivas, este trabalho se propõe a investigar o racismo na América Latina através das lentes teóricas fornecidas por autores como Aníbal Quijano, Frantz Fanon, María Lugones e Orlando Fals Borda. Quijano (2000) oferece uma compreensão crítica sobre como a "colonialidade do poder" influencia a organização social, enquanto Fanon (1952) examina as complexidades psicológicas que o colonialismo e o racismo impõem às vítimas de discriminação. Lugones (2007) expande a discussão sobre interseccionalidade, incorporando as dimensões de gênero e classe às análises sobre raça. Finalmente, Fals Borda (1987) introduz o conceito de "sentipensante", uma abordagem epistemológica que harmoniza razão e emoção, proporcionando uma perspectiva mais rica e humana para compreender e combater o racismo.

* Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento – UNILA. Integrante do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI - IFPR). Servidor Técnico Administrativo em Educação do Instituto Federal do Paraná. E-mail: jose.medeiros@ifpr.edu.br

** Mestrando em Políticas Públicas e Desenvolvimento – UNILA. Integrante da Associação Brasileira dos Pesquisadores Negros (ABPN). Servidor Técnico Administrativo em Educação do Instituto Federal do Paraná. E-mail: alextomaz2@gmail.com

Através de uma análise multidimensional e interdisciplinar, este trabalho busca não apenas entender, mas também desafiar e reconfigurar as estruturas e discursos que perpetuam o racismo na América Latina.

A persistência da colonialidade: desafios e direções na descolonização do conhecimento e das relações sociais

É importante lembrar que o fenômeno da colonização começou no século XVI e continuou até que as colônias se tornassem independentes. Na América Latina, essa independência foi alcançada principalmente no século XIX, enquanto a África e a Ásia experimentaram descolonização no século XX. Apesar do fim do controle político direto, os legados do colonialismo permanecem, moldando relações sociais, identidades e a produção de conhecimento.

Na interação com culturas indígenas e outras comunidades colonizadas, os europeus estabeleceram relações de poder que se manifestaram de várias formas, incluindo discriminações baseadas em gênero, raça e classe social. Essas relações de poder continuam a existir de formas mutantes até hoje.

No contexto acadêmico, diversos estudiosos têm se concentrado em entender esses legados contínuos do colonialismo. Gonçalves (2014), por exemplo, investiga a descolonização no cenário pós-Guerra Fria e os desafios decorrentes da queda do muro de Berlim e o fim da União Soviética. Ele observa que esses eventos deram lugar a novas perguntas sobre como a diversidade e as diferenças poderiam ser legitimadas politicamente.

Gonçalves também aponta que os debates sobre descolonização não são novos na América Latina; eles remontam a figuras históricas como Simón Bolívar. Essas discussões ganharam impulso renovado no final do século XX com a ascensão de líderes como Evo Morales na Bolívia e Hugo Chávez na Venezuela, em um contexto marcado pelo neoliberalismo crescente.

No campo acadêmico, grupos de pesquisa como Modernidade/Colonialidade (M/C) têm contribuído para a descolonização do pensamento, inspirados por várias correntes intelectuais, incluindo a teologia da libertação e os estudos feministas. Segundo Ballestrin (2013), esse grupo visa a uma mudança epistemológica nas ciências sociais, propondo o que ela chama de “giro decolonial”.

Aníbal Quijano, um pensador importante na área, introduziu o conceito de “colonialidade do poder”, argumentando que a exploração colonial deu origem a uma

forma persistente e global de domínio. Ele afirma que esta colonialidade está intrinsecamente ligada ao capitalismo e foi estabelecida por meio da criação de categorias raciais que continuam a influenciar as estruturas de trabalho e poder até hoje.

Quintero, Figueira e Elizalde (2019) ressaltam que os estudos decoloniais são um campo heterogêneo, cujo foco comum é a problematização da colonialidade em suas diversas formas. Eles também destacam que esses estudos buscam desafiar e expandir os marcos teóricos existentes.

Portanto, a colonização não é um capítulo encerrado da história, mas uma realidade persistente que continua a afetar as relações sociais, as identidades culturais e a produção de conhecimento. Descolonizar essas áreas é um desafio contínuo que requer esforços interdisciplinares e uma perspectiva verdadeiramente global.

Uma análise crítica da dominação eurocêntrica

O cerne da Modernidade repousa sobre relações de poder que definem e categorizam seres humanos através de dicotomias hierárquicas. Lugones (2014) identifica que uma dessas dicotomias primordiais, originada no sistema colonial, é a distinção entre humanos e não-humanos, fundamentada na noção de raça. Ela também enfatiza a distinção de gênero entre homens e mulheres, apontando que “os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens [...]” (Lugones, 2014, p. 936).

Essas categorizações permitiram aos colonizadores europeus se autoproclamarem como civilizados e racionais, em contraposição aos colonizados, vistos como primitivos e irracionais. Este enquadramento justificou o que Lugones chama de “missão civilizatória”, mascarando explorações violentas e brutais (2014, p. 938).

Enrique Dussel, um filósofo argentino, reforça esse argumento ao desconstruir a Modernidade. Ele apresenta duas formas de entender a Modernidade: uma eurocêntrica, que é problemática, e uma que desafia a Europa como o núcleo da história global. Dussel nota que “[...] ainda que toda cultura seja etnocêntrica, o etnocentrismo europeu moderno é o único que pode pretender identificar-se com a ‘universalidade-mundialidade’” (Dussel, 2005, p. 30).

No campo da colonialidade, Maldonado-Torres (2016) esclarece que ela é uma dinâmica global de desumanização que persiste mesmo após o término do colonialismo formal. A colonialidade, então, não é um fenômeno isolado no passado, mas uma lógica de poder contínua que ainda estrutura a sociedade capitalista atual.

O eurocentrismo também se manifesta como uma forma dominante de conhecimento, marginalizando outras perspectivas. Quijano argumenta que esse modo de pensar está profundamente enraizado no “[...] padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado” (2005, p. 126).

A colonialidade do saber e a exclusão epistêmica

O racismo está intrinsecamente ligado aos legados do colonialismo e à estrutura atual de “colonialidade” que persiste em muitas sociedades. Quando os europeus colonizaram várias partes do mundo, eles não apenas dominaram terras e recursos, mas também impuseram sistemas de classificação racial que tinham como objetivo justificar e perpetuar sua dominação. A categoria racial tornou-se uma ferramenta poderosa na manutenção da estrutura de poder colonial, e seus efeitos continuam a ser sentidos hoje.

O conceito de “colonialidade do poder”, introduzido por Aníbal Quijano, oferece uma maneira de entender como o racismo se entrelaça com outros sistemas de classificação e dominação que surgiram a partir do colonialismo. De acordo com Quijano, o sistema mundial moderno/colonial é fundamentado na ideia de raça como uma estratégia para controlar trabalho e recursos (Quijano, 2000). Essa forma de classificação racial persistente não apenas categoriza indivíduos e comunidades como “outros”, mas também os coloca em uma posição subalternizada no sistema global.

No contexto da América Latina, a questão racial está intimamente ligada às estruturas coloniais de poder. A existência de sistemas de castas durante o período colonial, que categorizavam as pessoas com base em sua ascendência e cor da pele, deixou um legado duradouro. A tensão racial não é apenas uma reminiscência do passado colonial, mas continua a se manifestar em várias formas de discriminação social e econômica. Estudiosos como Nelson Maldonado-Torres e Santiago Castro-Gómez têm escrito extensivamente sobre como a colonialidade afeta as populações indígenas e afrodescendentes na América Latina (Maldonado-Torres, 2007; Castro-Gómez, 2007).

Em um contexto mais amplo, os estudos decoloniais buscam questionar e desmantelar a epistemologia eurocêntrica que normaliza práticas racistas e

etnocêntricas. O trabalho de intelectuais como Gayatri Spivak e Edward Said nas áreas de pós-colonialismo e estudos subalternos também tem sido fundamental para entender como o racismo e a colonialidade estão entrelaçados no discurso acadêmico e popular (Spivak, 1988; Said, 1978).

Dado o enraizamento profundo do racismo nas estruturas coloniais de poder, o projeto de descolonização exige um foco concentrado na desmontagem das categorias raciais e das hierarquias que elas sustentam. Isso não é apenas um desafio acadêmico, mas também um imperativo ético e social que envolve todos os aspectos da vida cotidiana.

Portanto, a descolonização e a luta contra o racismo são dois lados da mesma moeda. Ambos requerem um esforço interdisciplinar e global para dismantelar as estruturas de poder e conhecimento que perpetuam a desigualdade e a exploração.

Persistência do racismo na América Latina

O racismo na América Latina é uma questão complexa que se enraíza em estruturas históricas e sociais estabelecidas durante o período colonial. De acordo com Aníbal Quijano (2000), o conceito de “colonialidade do poder” ajuda a entender como as estruturas de dominação do período colonial continuam a influenciar relações sociais, incluindo as raciais, na atualidade. Esta perspectiva oferece um olhar crítico sobre como o racismo é perpetuado mesmo após o término do colonialismo formal.

A América Latina é caracterizada por uma rica tapeçaria racial e étnica, envolvendo comunidades indígenas, afrodescendentes e europeias. No entanto, estudos indicam que grupos racializados frequentemente enfrentam desigualdades em diversos aspectos sociais, desde o acesso à educação até representação política (Telles, 2004). A persistência dessas desigualdades é muitas vezes minimizada por discursos que promovem a ideia de uma “democracia racial”, especialmente em países como o Brasil (Nascimento, 1978; Hasenbalg, 2005).

A importância de descolonizar o pensamento e a pesquisa sobre o racismo na América Latina é reforçada por grupos de estudos como Modernidade/Colonialidade, que buscam abordar os legados do colonialismo em diversos campos do conhecimento (Ballestrin, 2013). Estes esforços estão em sintonia com abordagens globais que visam reexaminar e reformular teorias e práticas em um contexto pós-colonial (Santos, 2007).

Em resumo, o racismo na América Latina não pode ser compreendido fora do contexto mais amplo da colonialidade do poder e seus legados duradouros. Este é um

desafio contínuo que requer abordagens interdisciplinares e uma consciência crítica dos legados históricos que moldam as relações raciais na região.

Análise dos resultados

O legado do colonialismo na América Latina é indiscutivelmente complexo e duradouro, permeando diversas esferas da vida social, cultural e política. Embora a independência política tenha sido conquistada na maior parte do continente no século XIX, a ‘colonialidade do poder’, como Aníbal Quijano (2000) descreve, persiste de maneiras sutis e, às vezes, abertamente brutais. Este conceito enfatiza que as estruturas de poder coloniais continuam a influenciar a sociedade atual, especialmente no contexto das relações raciais.

O fenômeno do racismo na América Latina não pode ser totalmente compreendido sem abordar a herança colonial que institucionalizou a desigualdade baseada em raça. Esta desigualdade racializada foi parte integrante dos sistemas de trabalho, educação e governança estabelecidos durante o período colonial e continuou a se manifestar em estruturas socioeconômicas subsequentes. A obra de Quijano (2000) e de outros pesquisadores do grupo Modernidade/Colonialidade (M/C) é fundamental para compreender como a colonialidade molda nossa compreensão da raça e, por extensão, do racismo.

Embora o movimento de independência tenha sido parcialmente alimentado por ideais de igualdade e libertação, como observado nas filosofias de líderes como Simón Bolívar, a realidade pós-independência muitas vezes não fez jus a esses ideais. No ambiente político contemporâneo, marcado por ondas de neoliberalismo, os problemas de racismo e discriminação ganham contornos mais complexos. Líderes como Evo Morales na Bolívia e Hugo Chávez na Venezuela, embora polêmicos, trouxeram de volta à tona as discussões sobre descolonização e igualdade racial em seus respectivos países, como observado por Gonçalves (2014).

O racismo, muitas vezes, se manifesta de maneira mais sutil na América Latina do que em outros contextos, como os Estados Unidos. No entanto, isso não o torna menos pernicioso. O racismo estrutural e institucionalizado afeta grupos indígenas e afrodescendentes de maneira desproporcional em áreas como educação, emprego e acesso a serviços de saúde, como evidenciado por estudos recentes de Quintero, Figueira e Elizalde (2019).

Portanto, a colonialidade e o racismo estão intrinsecamente interligados na América Latina. Descolonizar o pensamento, as instituições e as relações sociais é um

desafio contínuo que requer uma abordagem interdisciplinar e global, e uma compreensão mais profunda de como o colonialismo moldou e continua moldando a desigualdade racial.

Considerações finais

O colonialismo na América Latina pode ter terminado oficialmente há séculos, mas seus efeitos prolongados e insidiosos ainda permeiam diversos aspectos da sociedade. Esta pesquisa explorou como a colonialidade do poder, um conceito apresentado por Aníbal Quijano, se manifesta na forma persistente e multifacetada do racismo na região. Embora a independência política tenha sido alcançada, a verdadeira liberdade e igualdade ainda são aspirações distantes para muitos grupos marginalizados, especialmente os indígenas e afrodescendentes.

A descolonização não é apenas uma tarefa de reforma política ou social; é também um projeto epistemológico que requer que questionamos as formas de conhecimento que herdamos. Grupos como o Modernidade/Colonialidade têm se esforçado para mudar o paradigma nas ciências sociais e humanas, visando uma perspectiva mais inclusiva e pluralista. No entanto, as iniciativas práticas também são necessárias em instituições educacionais, no ambiente de trabalho e na mídia para combater o racismo e outras formas de discriminação.

É importante ressaltar que os movimentos políticos contemporâneos, como aqueles liderados por Evo Morales e Hugo Chávez, por mais controversos que sejam, trouxeram a questão da descolonização de volta ao debate público. Estas iniciativas demonstram que é possível agir contra as estruturas opressivas que ainda existem, mas também mostram o quão polarizadoras essas questões podem ser.

O legado do colonialismo e a persistência do racismo na América Latina são testemunhos da necessidade contínua de questionar e reformar as estruturas existentes. Descolonizar é um processo contínuo que exige uma análise crítica constante e um compromisso com a igualdade e a justiça. Reconhecer a existência e o impacto da colonialidade é o primeiro passo crucial para qualquer tentativa séria de desmantelá-la.

Assim, este trabalho ressalta a importância de continuar explorando, entendendo e desafiando a persistência da colonialidade em suas diversas manifestações. A busca pela descolonização é um esforço coletivo que exige o envolvimento de todas as esferas da sociedade, e este estudo é uma contribuição modesta, mas esperançosamente significativa, para essa missão essencial.

Referências

- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S. l.], n. 11, p. 89-117, ago. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 out. 2023.
- GONÇALVES, M. G. M. Psicologia e Políticas Públicas – Reconhecendo avanços e atualizando desafios. In: URNAU, L. C; PACÍFICO, J.; TAMBORIL, M. I. B (orgs.). **Psicologia e políticas públicas na Amazônia: pesquisa, formação e atuação**. Curitiba: EDUFRO, 2014. p. 11-26.
- GROSFOGUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo e os quatro genocídios/epitesmicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/xpNFtGdzw4F3dpF6yZVVGgt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10. set. 2023.
- HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Desigualdades Sociais por cor ou raça no Brasil. **Estudos e Pesquisas-Informação Demográfica e Socioeconômica**, n. 41. Rio de Janeiro: IBGE, p. 12, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 10. set. 2023.
- KILOMBA, G. **Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577>. Acesso em: 10. set. 2023.
- MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFOGUEL, R. (orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- MARTÍN-BARÓ, I. O papel do Psicólogo. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 2, n. 1, p. 7-27, 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/T997nnKHfd3FwVQnWYYGdqj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10. set. 2023.
- MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: 3º SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO. **Anais...** PENESB-RJ, 05 de novembro de 2003. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoos-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 10. set. 2023.
- NETTO, J. P. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social e a Crise Contemporânea. **Capacitação em Serviço Social e Política Social - CEAD/UNB/ABEPSS/CFESS - Módulo 01**. Brasília, 1999. Acesso em: 10. set. 2023.

Epistemologias decoloniais, interseccionalidade e transfeminismos: raça, gênero, classe, território e marcadores sociais da diferença

Epistemologia decolonial: a criação do negro na América Latina
DOI: 10.23899/9786589284512.2

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf. Acesso em: 10. set. 2023.

QUIJANO, A. Coloniality of power and eurocentrism in Latin America. **International Sociology**, London, v. 15, n. 2, p. 215-232, jun. 2000.

QUINTERO, P.; FIGUEIRA, P.; ELIZALDE, P. C. Uma breve história dos estudos decoloniais. **MASP Afterall**, São Paulo, v. 3, p. 1-12, 2019. Disponível em: <https://masp.org.br/uploads/temp/temp-QE1LhobgtE4MbKZhc8Jv.pdf>. Acesso em: 10. set. 2023.

SANTOS, B. S. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes.** Porto: Edições Afrontamento, 2007.

TELLES, E. E. Race in Another America: the significance of skin color in Brazil. **Princeton University Press**, [S. l.], abr. 2004.

Mulheres negras (re)pensando Ensino e Pesquisa: diálogos interdisciplinares entre História e Psicologia

Marcelle Carvalho*

Hilana Sousa Ferreira**

Introdução

A década de 1980 no Brasil foi marcada pela produção acadêmica de grandes intelectuais negros/as, em especial as mulheres negras. Em meio a ditadura, publicaram individualmente seus trabalhos, mas, coletivamente, se organizaram, discutiram e reivindicaram temas importantes para resistência do povo negro diaspórico. Entre elas, destacaram-se intelectuais de várias áreas das Ciências Humanas, que produziam conhecimento profundamente interdisciplinar, como Beatriz Nascimento, Neusa Santos Souza, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Matilde Ribeiro.

As obras das autoras/es foram marginalizadas pela academia em seu momento de produção, bem como ao longo do tempo. Muitos fatores contribuíram para esse fenômeno. Como ressalta Alex Ratts, a parcela da população que tinha acesso à alfabetização, ao nível superior e a livros impressos era muito pequena nas décadas de 1970 e 80. Quando pensado por recortes de gênero, percebe-se que a inserção e aceitação de ideias produzidas por homens negros era muito restrita e de mulheres negras era ainda mais escassa. Ou seja, homens negros sofriam com o racismo e

* Bacharela, licenciada e mestra em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), com doutorado em andamento em História Social Universidade Federal do Ceará (UFC), membra do Grupo de Estudos Caldeirão: confluências anticoloniais (UFC). Sou mulher negra, mãe e comprometida com a educação e a pesquisa como formas de emancipação social. O presente trabalho é fruto das pesquisas de doutorado, com financiamento Capes. E-mail: marcellecarvalho.historia@gmail.com

** Graduada em Psicologia pela Faculdade Luciano Feijão (FLF), especialista em Psicologia Organizacional pela Faculdade de Quixeramobim (UNIQ), formação em Psicologia Preta, mestranda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Fundadora do projeto “Enegrecendo o Espaço Psicoterapêutico” com foco no atendimento para pessoas pretas. Coordena o Grupo de Estudos Racializando a Psicologia (UFC). Mulher negra e nordestina. E-mail: hilanasferreira@gmail.com

mulheres negras com o racismo e o patriarcado. Sendo que a pobreza ainda pairava sobre a maioria da população, principalmente, negra.

Os movimentos de independências dos países africanos alimentaram as reflexões de pensadores brasileiros sobre os impactos da colonização europeia nas ex-colônias, no que se refere às questões econômicas, políticas, sociais, culturais e psicológicas. As obras cruzaram o oceano e eram lidas em diversos espaços do Atlântico Negro, rompendo, inclusive, as barreiras linguísticas.

Na América Latina, as ditaduras de direita eram uma realidade na maioria dos países, com um sistema de censura muito rígido. No Brasil, líderes da oposição foram perseguidos, torturados e presos. Muitos intelectuais foram exilados, ou recorreram ao autoexílio, como Alberto Guerreiro Ramos e Abdias do Nascimento. Diversas obras foram restringidas. Mesmo depois da abertura política, os governos com tendência à direita permaneceram no poder e as obras de intelectuais da elite (majoritariamente branca e masculina) permaneceram como cânones acadêmicos. Tal situação passou a ter maiores tensionamentos com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva que promoveu políticas importantes para inclusão de temáticas diversas na educação e na política.

No que se refere ao ensino de História é importante levar em consideração as conquistas do Movimento negro, que inclui diversas leis aprovadas ao longo da década de 2000 e 2010. A Lei 10.639/03 impôs a obrigatoriedade do ensino de História e cultura africana e afro-brasileira no Ensino Básico, fundamentando juridicamente o engajamento de estudantes de graduação, futuros professores de História, na luta pela implementação desse conteúdo nas escolas e Universidades. A Lei não foi implementada rapidamente e diversos estudos demonstraram dificuldades dos professores em assimilar os temas e tratá-los de forma sensível no Ensino Básico e Superior. Em 2008, a legislação foi complementada pela Lei Nº 11.645, trazendo a importância da cultura indígena.

Em 2012, a Lei Nº 12.711, conhecida como Lei de Cotas, auxiliou na entrada de alunos no Ensino Superior. Dois anos depois, a Lei 12.990/14 trouxe cotas para elevar número de professores/as negros/as, reservando vinte por cento (20%) para candidatos/as negros/as em concursos públicos. Desde então a produção acadêmica dos indivíduos e coletivos negros que passaram a participar dos espaços de pesquisa, fosse como professores/as ou alunos/as, aumentou significativamente. Segundo Tatiana Dias Silva, o percentual de ingressantes por meio de cotas passou de 13% para cerca de 39%, entre 2012 e 2017 (Silva, 2020, p. 05).

As leis supracitadas e seus avanços são, continuamente, defendidas em espaços públicos, tendo em vista as constantes tentativas de sua desarticulação por forças conservadoras. Diversas universidades, de vários estados do país, vêm se mobilizando para expressão de seu apoio institucional, como nos casos da Universidade Federal do Ceará (UFC), que desenvolveu o evento “Simpósio Nós Na Universidade:Povos Tradicionais, Educação e Políticas Públicas” em 2021, ou o evento “*Lei de Cotas na Educação Superior Pública: desafios e conquistas*”, na Universidade Federal de Viçosa (UFV), em 2023, entre várias outras.

Progressivamente, acadêmicos, principalmente negros/as, das diversas áreas das Ciências Humanas têm retomado as obras produzidas desde as décadas de 1970 e 1980, para fortalecer o avanço da democracia e combater discursos conservadores que, constantemente, tentam invisibilizar as pautas raciais e de gênero. As publicações têm se avolumado, com produções brasileiras e lançamento de obras internacionais traduzidas para o português que foram elaboradas no período indicado.

Já no que diz respeito à Psicologia, em 2002 foi aprovada a Resolução nº 18/2002 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), através da qual foram estabelecidas normas de atuação para as/os psicólogas/os em relação ao preconceito e à discriminação racial. A aprovação é resultado da militância de psicólogas/os negras/os e é de grande importância para as/os profissionais da área exercerem uma postura comprometida com a eliminação do racismo na sociedade. Isso também possibilitou certo avanço no que diz respeito à publicação de referências técnicas para a prática da/o psicóloga/o, organizada pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop).

Ao longo desses 21 anos percebe-se uma tentativa do Sistema Conselhos de reparar as fragilidades existentes da Psicologia Brasileira. Embora a Resolução nº 18/2002 auxilie na construção de uma Psicologia antirracista, é necessário que as grades curriculares da formação de seus profissionais se voltem, cada vez mais, para as questões raciais, por isso se faz tão urgente dialogar com intelectuais negras para se pensar no Ensino e na Pesquisa acadêmica.

Beatriz Nascimento e Neusa Santos Souza adiantaram muitas ideias que, atualmente, são discutidas através de intelectuais negras estadunidenses. Pois elaboraram análises sociais que tematizam as conexões, sobreposições e intercruzamentos entre raça, gênero, classe e território. Destacaram limitações e tensionamentos de movimentos progressistas que não se interessavam em atender a tais experiências e, em alguma medida, permanecem resistentes no século XXI. Elas

destacaram os impactos psicológicos e afetivos do racismo sobre a sociedade em geral e, especialmente, sobre homens e mulheres negras. Tudo isso interfere diretamente na forma de se pensar abordagens para ensino e pesquisa nas áreas de História e Psicologia e suas interdisciplinaridades.

Desenvolvimento

Objetivamos somar vozes ao movimento atual das ciências humanas que têm proposto abordagens interseccionais (de raça, gênero, classe e território) para se pensar Ensino e Pesquisa. Aqui focaremos nos diálogos entre História e Psicologia. Tais objetivos serão alcançados através da metodologia da pesquisa qualitativa bibliográfica (Macedo, 1994). Aprofundaremos nossas leituras das obras de Beatriz Nascimento e Neusa Santos e de obras complementares que dão suporte para compreensão de temas relacionados à História e Psicologia e suas interdisciplinaridades, bem como de seu momento histórico. Assim, aprofundaremos nossa perspectiva pela análise do discurso.

Maria Beatriz Nascimento é marcada desde sua infância pela experiência de ser negra e migrante do Nordeste, o que lhe causou reflexões especialmente ricas para um olhar crítico da academia sudestina. Ela nasceu em Sergipe e mudou-se para o Rio de Janeiro aos 7 anos, acompanhada da família. Estudou História na UFRJ e fez mestrado na UFF. Foi ativista e intelectual das causas raciais e publicou textos em diversos periódicos, entre eles: *Estudos Afro-asiáticos*, *jornal Opinião*, *Jornal do Brasil*, *Jornal Última Hora*, *Revista IstoÉ*, *Revista Manchete*, *Revista de Cultura Vozes*. Também publicou internacionalmente, no *Village Voice*, de *Nova York*. Além de várias entrevistas e capítulos de livros. Após seu falecimento, diversos textos foram publicados, por iniciativa de Alex Ratts e da editora Filhos da África.

Em meio à ditadura militar brasileira, na década de 1970, Nascimento abordou temas como identidade, diáspora africana e memória afro-brasileira. Ela colocava-se em afrontamento direto contra a historiografia hegemônica, que prezava pela ideia de democracia racial e de uma história com protagonismo majoritariamente branco, sob forte influência das obras de Gilberto Freyre e de teorias eugênicas, o que caracteriza como “Uma ideologia racialmente branca que se tornou ideologia nacional” (Nascimento, [1976], 2018, p. 67). Destacando que intelectuais, mídia e Estado ainda veiculavam imagens de pessoas negras em lugar de submissão, como de criado doméstico e de concubina. Nesse sentido, Nascimento afirmava: “nunca houve tentativas sérias de nos estudar como raça” (2018, p. 45).

A intelectual percebia e criticava uma escrita da história feita a partir da perspectiva “de fora”, ou seja, produzida por indivíduos que não se identificavam como negros e, conseqüentemente, reproduziam valores e interpretações próprias de seu grupo social e hereditário. Nascimento provocava: “Podemos aceitar que nos estudem como seres primitivos?” (Nascimento, [1974], 2018, p. 44). Assim, criticava o constante foco na narrativa sobre os/as negros/as dentro de uma história hierárquica, de subjugação.

Nascimento reivindicava uma leitura da História do Brasil que considerasse as especificidades da raça nas experiências pessoais e coletivas, refletidas na historiografia por uma perspectiva humanizante. Afirmava que preto/a no Brasil não se limitava a uma característica física, mas era um elemento que inseria indivíduo sem experiências específicas dentro de uma estrutura criada historicamente e, por outro lado, caracterizava um jeito de pensar e sentir específicos, que atravessava questões sociais e culturais. Em suas palavras: “Eu sou preta, penso e sinto assim” (Nascimento, [1974], 2018, p. 44).

A aproximação entre História e Psicologia atravessou diversos apontamentos de Nascimento, para a elaboração de uma nova historiografia, crítica e consciente. Ela afirmava a necessidade de se rever todas as narrativas que foram atribuídas aos indivíduos negros e a sua cultura. De modo a adotarmos outras perspectivas e abordagens, que partissem dos descendentes dos africanos, de seus anseios, suas preocupações e interesses, assim poderia almejar “[...] tratar os desencadeamentos psicológicos que lhes afetam” (Nascimento, [1976] 2018, p. 67).

A História revista pelo viés de classes, como proposta por intelectuais marxistas, não seria solução. A História também não deveria ser simplesmente complementada com experiências negras, mas revista, reescrita por outras perspectivas, reavaliando os conflitos e seus impactos nas psiquês dos descendentes negros. “Devemos fazer a nossa História, buscando nós mesmos, jogando nosso inconsciente, nossas frustrações, nossos complexos, estudando-os, não os enganando” (Nascimento, 2018, p. 48-49).

A intelectual reforçava a urgência em se discutir a questão do preconceito racial e suas manifestações no Brasil. Além das formas abertamente violentas (física ou moral), em sua interpretação, o preconceito racial era camuflado de tolerância, mas os atos ainda eram permeados de intenções de humilhação. Dessa forma, ressaltamos a necessidade de pesquisas e de abordagens educacionais que pensem a atualidade dessas manifestações, principalmente subjetivas, como o olhar, o tom de voz, a

sugestão de inferioridade, entre outros, que impactam na saúde mental de negros e brancos.

Beatriz Nascimento também indicava a urgência em se desenvolver uma análise diferenciada da História no que se referia aos quilombos. Ela propunha que a historiografia se desprendesse do sentido colonizador criado pelo Conselho Ultramarino, de 2 de dezembro de 1740, que o definia como o ajuntamento de 5 ou mais negros em área erma (Nascimento, 2018, p. 214). Propunha que se recuperasse o significado oriundo do quimbundo, que designava “União”, nesse sentido, pensar como pessoas negras fugiam da escravização e formavam assentamentos onde fosse possível uma vida comunitária. E, tendo em vista que tais comunidades resistiram ao longo do tempo, inclusive em locais atualmente classificados como “favelas”, seria necessário rever as formas como se interpretavam tais comunidades, valorizando suas estratégias de existência e sobrevivência. Assim afirmava:

O quilombo é memória, é história, é o ser, assim nós o entendemos na década de 1970. Era o nosso lema para a recuperação de nossa identidade, de nossa ancestralidade, de ser no mundo adverso (Nascimento, 2021, p. 241).

Dessa forma, outros ajuntamentos de negros/as voltados para o acolhimento (social, cultural, espiritual, psicológico, etc.) também deveriam ser pensados como formas de aquilombamento, servindo para a sobrevivência cultural, física e mental do povo afro-brasileiro.

Nascimento reivindicava pensar as continuidades das histórias das pessoas negras através de uma perspectiva atlântica, considerando a dispersão provocada entre África, Américas e Europa, suas idas e vindas. E é nesse sentido que criava o conceito de “transmigração”. Trazia seu próprio corpo, sua própria voz, sua própria história, como ligação entre fragmentos: “eu sou atlântica”. Assim era possível repensar as construções identitárias, a reconfiguração da autoestima negra, as formas de lidar com o racismo e o sexismo, enquanto pesquisadora e pessoa consciente e em conflito dentro do sistema e contra o sistema epistemológico que a desumanizava.

Com preocupações semelhantes às de Beatriz Nascimento e outras/os intelectuais negras/os, na década de 1980, Neusa Santos Souza aprofundava-se em estudos sobre as relações entre raça e identidade individual e coletiva. Também proveniente de uma experiência migratória do Nordeste para o sudeste, tinha análises críticas sobre as questões de raça, classe e território. Ela era natural da Bahia, tendo

nascido no município de Cachoeira, e formado em medicina pela Universidade Federal do Estado da Bahia (UFBA), tornando-se psiquiatra e psicanalista, com orientação lacaniana. Mudou-se para o Rio de Janeiro na busca de continuar os estudos na área, obtendo, assim, o título de mestra em psiquiatria pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Foi a partir da sua dissertação de mestrado, intitulada “Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social”, que nasceu o livro que se tornou uma das obras mais conhecidas na atualidade sobre a questão de raça. A partir das histórias de vida de dez pessoas negras, as quais lhe oportunizaram um depoimento, Neusa Santos trouxe à tona as consequências psicossociais da violência racial, escancarando os efeitos da branquitude sobre a população afro-brasileira.

Sendo também uma mulher negra, ela viveu na pele as dificuldades decorrentes do racismo, por isso, sua obra é comprometida socialmente e não tem a pretensão de tratar seus entrevistados como objetos a serem dissecados, como também reivindicava Beatriz Nascimento. Ousava proporcionar a seus interlocutores a oportunidade de se expressarem com base em suas vivências cotidianas, pois, segundo ela “uma das formas de exercer autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo. Discurso que se faz muito mais significativo quanto mais fundamentado no conhecimento concreto da realidade” (Souza, 1983, p. 17).

Neusa destacava o quanto a raça e o gênero impactavam nas trajetórias pessoais de formas específicas quando conjugadas, o que é muito válido para a escrita da História. Ela escrevia a partir de seu lugar de fala consciente: a experiência de ser uma pessoa negra numa sociedade racista, que privilegiava o homem branco em diversas áreas. Assim, sinalizava para a necessidade da desconstrução de diversos discursos violentos contra corpos negros e/ou femininos, como: a “meritocracia” e a democracia racial. Ressaltava “saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas” (Souza, 1983, p. 17-18). Dito isso, podemos pensar nos entraves que este grupo racial enfrenta, ainda no século XXI, principalmente no que diz respeito à ascensão social, considerando que é exigido ainda mais esforço quando se refere a pessoas negras, superando as estruturas sobreviventes da ordem social escravocrata, na qual o branco é detentor do poder.

O negro que se empenha na conquista da ascensão social paga o preço do massacre mais ou menos dramático de sua identidade. Afastado de seus valores

originais, representados fundamentalmente por sua herança religiosa, o negro tomou o branco como modelo de identificação, como única possibilidade de “tornar-se gente” (Souza, 1983, p. 18).

Como herança nefasta do período colonial, o impositivo constante da valorização da brancura reforça o lugar da negrura como qualidade negativa, fazendo-a sua oposta e inferior, logo, a busca do embranquecimento torna-se a salvação, posto que só assim o indivíduo poderia alcançar a humanização. Em decorrência disso, há um processo de negação enquanto ser pertencente a um grupo racial, não visto como “diferente” e sim uma figura que está em relação ao branco. Dessa forma, Santos nos apresenta os efeitos disso na formação da subjetividade negra, tendo a Psicanálise como aporte.

Podemos considerar que Neusa Santos, contribuiu para a Psicologia ao trazer uma abordagem interseccional que considerava as interações entre raça, gênero e classe social na constituição da subjetividade negra, antes mesmo da criação do conceito “interseccionalidade” pela estadunidense Kimberlé Crenshaw (1989). Sua pesquisa ampliou o campo de estudos da Psicologia preta, evidenciando a necessidade de compreender as experiências psicossociais específicas dos indivíduos negros.

Apesar da relevância de sua obra, Neusa Santos não deu continuidade aos estudos diretamente voltados às questões raciais, embora essa questão tenha continuado presente cotidianamente em sua vida, já que é uma mulher negra. Ela decidiu voltar suas atividades para a análise de casos a nível de indivíduos, e não mais a nível de sociedade, ciente de que as estruturas impactam as pessoas e, dessa forma, compreender e acolher seus pacientes em suas especificidades. Passou a pensar e escrever acerca da angústia e psicose, publicando em 1991, pela editora Campus, o livro “A psicose: um estudo lacaniano”. A obra foi fruto de sua atuação em hospitais psiquiátricos, onde estava imersa, antes mesmo de ter concluído sua formação.

Ambas as intelectuais trouxeram uma visão crítica e contestadora, enriquecendo tanto a História quanto a Psicologia com suas contribuições, por isso, se faz necessário o resgate de suas reflexões e considerações para se pensar o Ensino e Pesquisa, para além de recortes disciplinares.

Considerações finais

As mulheres negras nunca foram plenamente representadas por nenhum dos grandes movimentos sociais, correntes historiográficas, mídia ou pelo Estado

brasileiro. Nenhum deles contemplava a experiência de suas interseccionalidades de raça, gênero e classe. Apesar disso, muitos avanços foram importantes para o movimento de mulheres negras atual. Nos espaços acadêmicos, as leituras marxistas contribuíram muito para a percepção das diferenças de classes na população brasileira, mas não foram suficientes, pois se caracterizavam pela produção de intelectuais majoritariamente brancos e se referiam principalmente às realidades dos homens e suas perspectivas. O Movimento Negro reivindicou pautas raciais na caracterização das experiências sociais, políticas e econômicas, mas ainda discriminou mulheres negras, evitando seu protagonismo. O Movimento Feminista lutou pelo espaço das mulheres brancas e reivindicou o protagonismo feminino, com pautas que as contemplavam, excluindo questões de raça. Atualmente, o diálogo e a convergência entre esses grupos vêm tornando os debates mais ricos e profundos.

Nascimento e Santos demonstraram formas de apropriação do conhecimento como caminho para a reconstrução, ressignificação e reencontro de si mesmo/a. As autoras já traziam discussões que, atualmente, são conhecidas no Brasil somente através de publicações de mulheres negras estadunidenses. Reivindicamos aqui a importância de resgatar as autoras brasileiras que dialogam com nossos contextos mais diretos e foram minimizadas pelas forças do racismo, do patriarcado e do elitismo. Tudo isso sem desmerecer a grandiosidade, importância e capacidade comunicativa das grandes intelectuais negras estadunidenses.

Nossa proposta é utilizar caminhos teóricos propostos pelas intelectuais negras, potencialmente dialogando com outras intelectuais africanas e diaspóricas, possibilitando contribuir para a sala de aula como espaço de encontro e convergência entre conteúdos e comunidades, em busca de uma educação significativa e de pesquisas com compromisso social. Tais propostas contemplariam reivindicações do Movimento Feminista Negro, bem como da legislação educacional atual, de Pesquisa e Extensão.

Referências

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: MEC, 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-interdisciplinares/diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-das-relacoes->

etnico-raciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-africana. Acesso em: 12 jul. 2023.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira', e dá outras providências.

Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 20 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 20 jul. 2023.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 ago. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 20 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014**. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112990.htm. Acesso em: 20 jul. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. RESOLUÇÃO CFP N.º 018/2002. **Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial**. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002_18.PDF. Acesso em: 20 jul. 2023.

CRENSHAW, K. "Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics". **The University of Chicago Legal Forum**, n. 140, p. 139-167, 1989.

FREYRE, G. **Casa-Grande & Senzala**. 50. ed. São Paulo: Global Editora, 2005.

GILROY, P. **Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo: Editora 34, 2012.

HOOKS, bell. **Intelectuais Negras**. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, 1995.

MACEDO, N. D. de. **Iniciação à pesquisa bibliográfica**. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

NASCIMENTO, B. **Quilombola e intelectual**. Possibilidades nos dias da destruição. Diáspora africana: Editora Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, B. **Uma história feita por mãos negras**. Rio de Janeiro: Editora: Zahar, 2021.

RATTS, A. **Sou atlântica**. Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo, 2006.

Epistemologias decoloniais, interseccionalidade e transfeminismos: raça, gênero, classe, território e marcadores sociais da diferença

Mulheres negras (re)pensando Ensino e Pesquisa: diálogos interdisciplinares entre História e Psicologia

DOI: 10.23899/9786589284512.3

SILVA, T. D. **Ação Afirmativa e População Negra na Educação Superior**: acesso e perfil discente. Rio de Janeiro, junho de 2020. Brasília; Rio de Janeiro: Ipea, 2020, p. 05. Disponível em:

https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35896.

Acesso em: 28 set. 2023.

SOUZA, N. S. **A psicose**: um estudo lacaniano. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1991.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

Afrodescendencia en Montevideo: redes barriales y culturales de sociabilidad (Villa del Cerro, 1970-1985)¹

Tania Rodríguez Ravera*

Introducción

La década de 1970, en el Uruguay, estuvo marcada por el autoritarismo y el terrorismo de Estado con la última dictadura civil-militar (1973-1985). El barrio Villa del Cerro encuentra ubicado en el oeste de la capital del país, la ciudad de Montevideo. Barrio periférico que durante gran parte del siglo XX fue una localidad que alojó grandes proyectos industriales (saladeros primero, luego frigoríficos, barracas de carbón, textiles, entre otras). En el período que aquí compete, era una comunidad obrera que se encontraba en crisis desde fines de los años '50, debido fundamentalmente al cierre de los grandes establecimientos frigoríficos de la zona y se vio fuertemente afectada por estos acontecimientos. El deterioro social y económico se agudizaba desde hacía, por lo menos, diez años. Por su particularidad histórica de gran movilización obrera y estudiantil sufrió especialmente el autoritarismo y la represión.

El estudio se centra, primeramente, en la temática afro-descendiente, sus expresiones culturales y relaciones étnico-raciales en el territorio cerrense y sus alrededores, las redes de sociabilidad y creación cultural en un marco temporal

¹ El trabajo que aquí se presenta es fruto de una investigación desarrollada entre el 2020 y el 2022, en el marco del proyecto “Memorias, historias y re-construcción construcción de la comunidad barrial del Cerro. Primera fase (1969-1980)”, financiado por la Comisión Sectorial de Investigación Científica de la Universidad de la República (Uruguay). El mismo fue coordinado por el Dr. Rodolfo Porrini e integrado por la profa. Alesandra Martínez, el Lic. Francis Santana y las estudiantes de grado Jazmina Suárez y Clara Perugorria, además de quién escribe. Algunas reflexiones que aquí se presentar formaron parte de presentaciones en eventos barriales y de una futura publicación a cargo del Municipio A de la Intendencia de Montevideo.

* Licenciada en Historia y Magíster en Integración Contemporánea de América Latina por la Universidad Federal de la Integración Latinoamericana (UNILA), situada en Foz de Iguazú, Brasil. Retornó a Uruguay en 2017 y actualmente se desempeña como investigadora en distintos ámbitos nacionales y docente de Historia y Ciencias Sociales en la enseñanza media, pública y privada. También integra el equipo docente de Historia Sindical del Instituto Cuesta Duarte, perteneciente a la central de trabajadores de Uruguay, PIT-CNT. E-mail: taniarodriguezravera@gmail.com

marcado por el miedo, la violencia y vulnerabilidad socio-económica. Este intento reflexivo de investigación adquiere una relevancia singular por enfocarse en un segmento de la población que ha sido históricamente in-visibilizado y que habitaba y habita un barrio con una historia particular: obrera y predominantemente blanca, por haber recibido grandes contingentes de inmigración europea entre fines del siglo XIX y la primera mitad del siglo XX (Porrini, 2021).

Debe destacarse que no se cuenta con datos cuantitativos acerca del porcentaje de población afro existente en el territorio de estudio, durante el periodo analizado ya que recién en 1996 se registró información al respecto, en la Encuesta Continua de Hogares. Las fuentes utilizadas son variadas, teniendo un lugar relevante las orales, producidas a través de entrevistas realizadas a vecinos y vecinas cerrenses que vivieron allí en el período de estudio y en la actualidad. Fueron más de veinte entrevistas², de las cuáles se utilizaron para este texto fragmentos de algunas de ellas. Estas fuentes son complementadas y contrarrestadas con bibliografía, documentos de archivos personales y otros.

Breve caracterización de la población afro en la época

Si bien durante la mayor parte del siglo XX, Uruguay no contó con datos estadísticos sobre la cantidad y condiciones de vida de su población afrodescendiente, se rastrearon fuertes indicios de que muchas personas provenientes de esos otros rincones nacionales, eran afrodescendientes. Fue recién en 1996, en la Encuesta Nacional de Hogares, que se introdujo una pregunta sobre la pertenencia étnico-racial y desde 2011 que se incorporó esta variable en los censos nacionales. Entre esas dos fechas, hubo un aumento de casi un 5% en la población que se identifica como afrodescendiente (5,9% a 9,4%).

Con los datos del 2011, se visibilizó la ubicación territorial de la población afro y sus condiciones materiales de vida (Cabella *et al.*, 2011). Los departamentos con mayor presencia son los del norte del país, fronterizos con Brasil, Artigas (17,1%) y Rivera (17,3%). Seguidos por Cerro Largo (10,9%), Tacuarembó y Salto (9,9%), y Montevideo (9,1%) (Cabella y otros, 2011, p. 18). La presencia afro uruguaya más importante del país está en los departamentos que justamente figuraron como lugar de origen de una parte importante de las personas residentes en la sección censal n°13 en 1975 (Celade, 2020).

² Realizadas por mí y les demás integrantes del equipo de investigación desde 2020 hasta 2022.

Teniendo en cuenta que son más de cuarenta años de diferencia entre un censo y el otro, aparecen como buenos indicios.

El estudio de esta temática tiene la dificultad de contar con escasas fuentes documentales escritas del periodo³. Una de las relevadas fue el *Informe preliminar sobre la situación de la comunidad negra en el Uruguay* (1980) elaborado por el Instituto de Estudios Sociales de la Universidad de la República. Ésta institución fue creada bajo la intervención dictatorial para sustituir al Instituto de Ciencias Sociales y estuvo bajo la dirección de Ulises Graceras⁴. Si bien es importante considerar que es una producción académica realizada en el período de intervención, brinda algunas informaciones que resultan de interés a esta investigación.

En el mismo se entrevistaron a 34 personas integrantes de la colectividad negra del país, de distintas ocupaciones y posiciones sociales: profesionales, empleados, “*personal de servicio*” y artistas. En el prólogo del informe, Ildefonso Pereda Valdés explica que, más allá de los resultados obtenidos, es importante resaltar la parcialidad de las respuestas y que “*no reflejan la realidad total del problema*” (Pereda Valdés, 1980, s/p.).

En la Introducción del informe se explica que el motivo del mismo corresponde al antecedente de que “en setiembre de 1979 las autoridades nacionales hicieron público el propósito de propiciar una legislación contraria a la discriminación racial”, por lo que los objetivos centrales de la investigación era la realización de una “descripción de la estructura social y de la cultura de la comunidad negra en el Uruguay, en primer término; y de las interrelaciones entre este grupo étnico y de la sociedad en general, en segundo lugar” (Graceras, 1980, p. 1-2.) En ésta última, teniendo un lugar destacado el análisis de la existencia de discriminación racial en el país.

³ Una de las pocas publicaciones encontradas referentes a la historia y realidad afrodescendiente fue “*Bahía Hulan Jack*”, editada en Montevideo entre 1958 y 1991. En cuanto órgano adherido a la Sociedad de Amigos de África y Protectora de los Derechos Humanos, presentaba noticias de la comunidad negra internacional. En un relevamiento rápido, no se pudo encontrar informaciones referentes a la afrodescendencia en el Cerro.

⁴ “Este Instituto funcionó durante todo el período dictatorial, en la mayor parte del cual fue dirigido por Ulises Graceras, sociólogo uruguayo que cursó sus estudios en el exterior y que no había tenido contacto con el ambiente académico nacional. [...] Acompañaron a Graceras en las funciones docentes y de investigación un limitado grupo de colaboradores, en general poco profesionalizados en la disciplina. La labor académica de este grupo fue esencialmente docente, con muy poco trabajo creativo y de muy limitada calidad.” Errandonea, Alfredo (2003). “Historia institucional de la Sociología [inédito]”. *Revista de Ciencias Sociales*, Dpto. de Sociología, Año XVI / N° 21, AGOSTO 2003. Disponible en: https://www.colibri.udelar.edu.uy/jspui/bitstream/20.500.12008/6771/1/RCS_ErrandoneaHistoria_2003n21.pdf.

Es interesante la aclaración que presentan con respecto a la muestra, cuando afirman que “[...] la inclusión de un número relativamente mayor de hombres que de mujeres responde a que la diversidad ocupacional que se aprecia dentro del sexo masculino es mayor” (Graceras, 1980, p. 12).

El historiador estadounidense George Reid Andrews explica que para las mujeres afrodescendientes las opciones laborales siempre han sido más limitadas que para los varones, siendo en general vinculadas al servicio doméstico. Al mismo tiempo que *“muchas de ellas provenían del interior y habían llegado a Montevideo atraídas por las mejores oportunidades que la capital del país supuestamente prometía”*, al punto que mismo en la década de 1990, *“un tercio de las mujeres afro-uruguayas empleadas en el servicio doméstico”* (Andrews, 2011, p. 130).

En los testimonios de mujeres afro cerrenses relevados y utilizados en éste texto, se puede apreciar que esta característica está presente, por lo menos, en las mujeres de la familia de Martha del Río, Olga Rodríguez y Ana María Pérez. Las tres desarrollaron su vida en el barrio, siendo veinteañeras en el período de estudio. En la actualidad, la única que se mudó a otra zona fue Martha.

En las conclusiones del Informe Preliminar, reconocen la importancia del *candombe* y los espectáculos *carnavalescos* “como expresiones típicas, capaces de reforzar o vinculadas con la existencia de una identidad cultural de la comunidad negra”.

El *candombe* es una manifestación cultural, musical y religiosa, *afrouroguaya* con más de 200 años de existencia y se refiere al nombre genérico de diferentes danzas de origen africano que llegaron al Uruguay a través del arribo de miles de personas esclavizadas. Fueron más de veinte pueblos africanos los que forzosamente arribaron a estas tierras y trajeron su idioma, *cosmovisión* y su cultura en general (Montaño, 2010). El *candombe* se transformó en “la danza y expresión musical-religiosa más importante y significativa del colectivo afro. [...]” y a pesar de haber sufrido los intentos de desaparecerlo en diferentes etapas históricas de la historia uruguaya no sólo ha resistido sino que se ha expandido (Montaño, 2010).

En ese sentido, tanto el *candombe* como otras expresiones *afrouroguayas* presentes en el carnaval y en la religiosidad, también estuvieron presentes en el territorio y período que aquí se estudia, evidenciando que no sólo se encontraban en lugares próximos de la frontera con Brasil o en el caso de la capital, en barrios próximos al puerto como Ciudad Vieja, Barrio Sur y Palermo.

Redes barriales afrocerrenses: entre familias, clubes, candombe y música tropical

Para el caso específico de la población afrocerrense, existe una variedad de testimonios orales y fotografías que pueden brindar indicios de las historias y realidades, en el pasado y en el presente. Las fotografías que están a continuación, forman parte de la colección personal de Mauro Acosta Jakubecz, vecino cerrense, cuya familia ha tenido un fuerte vínculo con el Club Misterio Cerrense. Uno de los espacios del barrio con mayor presencia y raíces afrodescendientes. En las mismas se puede observar los vínculos inter-étnicos tanto en la familia como en el club. Al mismo tiempo que se percibe cómo desde la infancia, se transmitía cierta herencia cultural a través de los tambores de candombe y del fútbol.



Fotografías de la Colección de Mauro Acosta Jakubecz, cedidas a Francis Santana, para esta investigación. Foto Superior Izq.: Club Misterio Cerrense, surgido en Cuba y China. Se percibe la presencia afrodescendiente. Sin fecha. Foto Superior Der.: Familia Acosta Jakubecz, compuesta por población afrodescendiente y blanca. Fuertes vínculos con el club Misterio. Sin fecha. Foto Inferior: Niñas y niños de la familia Acosta Jakubecz con tambores. Sin fecha.

La familia Acosta Jakubecz tenía lazos parentales y culturales con la de 'Los Alvarados' y ambas participaban del Club Misterio. Fernando Alvarado, nació en 1963 en la Villa, es músico, cantante, pintor y también tiene otros trabajos para subsistir económicamente⁵. Sus padres, Víctor Alvarado y María Caballero, nacieron y vivieron siempre en el Cerro. Su ascendencia afro es por parte paterna; su abuelo se llamaba Adán Alvarado, era afrodescendiente y fue una de las figuras más relevantes de esta colectividad en los años '70. La familia vivió y se desarrolló principalmente en las inmediaciones de la esquina de las calles Cuba y China. Según él, allí había un rancho que se llamaba el Floripón. En ese lugar nació su padre y sus tíos, su abuelo Adán y su abuela Ginela. Algunos, como su abuelo, fueron obreros de los frigoríficos.

En relación a su ascendencia étnica, Fernando se identifica como "negro". Si bien sus rasgos fenotípicos no necesariamente corresponden al imaginario social de lo que "es ser afrodescendiente", claramente existe una herencia familiar, una presencia, una afirmación, reconocimiento de su identidad étnica, social y cultural como afrodescendiente. Él, junto a su familia, es sujeto y actor de la producción cultural afrodescendiente en el Cerro. En su cotidianidad familiar, reconoció que uno de los elementos principales de la cultura afrodescendiente que estuvo y está presente son los tambores, "*siempre fueron, mis hermanos y yo nacimos como dentro de un tambor como quien dice. La cuna de nosotros era dentro de un tambor, adentro, mi abuelo nos ponía ahí adentro y nos hamacaba y nos dormíamos, por eso te digo*".

Mónica Olaza, socióloga y profesora de historia uruguaya, explica que el tambor y el candombe son referencia permanente en los testimonios afrouruguayos, es un "*denominador común con múltiples significados que se mantiene y se retroalimenta con otras expresiones culturales afrouruguayas*" (Olaza, 2009, p. 40), como las que se pueden observar a lo largo de este apartado: música tropical, candombe, clubes barriales, entre otras.

Fernando contó que de ese 'rancho' siempre salieron los tambores, su abuelo "los confeccionaba, los guardaba en el sótano que tenía, en el rancho, 30, 40 tambores. Y ahí empezó todo, con respecto a los tambores". Él cree, según lo que le han transmitido sus ancestros, que la primera vez que salió la comparsa La Clásica del Cerro fue en el '63, '64. Su abuelo Adán fue el que la inició y era "muy famosa, salió un año y robó con

⁵ Testimonio de Fernando Alvarado. Entrevista realizada el 8 de febrero del 2022 por Tania Rodríguez, en el restorán La Fortaleza, en la Villa del Cerro (Grecia esquina Japón). Fernando vivió la mayor parte de su vida en el Cerro, excepto por unos 15 años que estuvo en Chuy y en Brasil (Porto Alegre, Campo Grande, Sao Paulo, Chuí, entre otros lugares), por motivos laborales de índole musical (principalmente en los años '90).

todos los premios, todos los premios se llevó, en cuerda de tambores, bailarinas, gramilleros, todo”. Esa zona del Cerro fue, de cierta forma, un polo cultural, con fuerte presencia afro.

El Floripón era, según Fernando, “una cantina que había hecho. Y de ahí viene el nombre de un club de fútbol que se llamó El Misterio Football Club, con personería jurídica. Del rancho ese nació el Misterio, después se trasladó para la mitad de Cuba y China”. Gracias a la colaboración de informantes y coleccionistas del barrio, que cedieron fotografías como las de Mauro, se pudo verificar la importante presencia, cualitativa y cuantitativamente, de personas afrodescendientes.

La familia Alvarado es una de las que tuvo un vínculo más estrecho y fuerte. Para Fernando, el Misterio era “*muy famoso pero muy famoso*”, haciendo énfasis en la relevancia que tiene para su historia familiar y barrial próxima. A lo largo de la entrevista realizada, comentó sobre cantantes, jugadores de fútbol, incluso de la Selección Nacional, que salieron de ahí, o tuvieron presencia. Para él, éste club fue una “*cuna de jugadores y de músicos*”.

Su familia habitaba tanto en la Villa del Cerro como en Pajas Blancas, antes lo habían hecho en el Nacional. Uno de sus tíos era pescador. Recuerda que se juntaban en la casa de su abuelo Adán y en determinado momento, agarraban sus instrumentos, tambores y guitarras, y salían por el barrio a encontrarse con otras familias para iniciar un recorrido musical de serenatas.

Según pudo relevar Francis Santana, integrante del equipo de este proyecto de investigación, la familia Alvarado era afrodescendiente y era muy numerosa. A partir de testimonios, parece que siempre “*estaban con el tambor. Fútbol, tambor y guitarra*”. A su vez, la zona del Cerro en la que vivían, Cuba y China, era vista como “el bajo” del Cerro, por ser muy pobre y por la existencia de dos prostíbulos cerca. Por los habitantes del ‘casco clásico’ del barrio, esta parte era “mal vista”. Y fue allí donde nació el Misterio Cerrense.

Por otro lado, según recordó, cuando su padre trabajaba en el Dique del Cerro, siendo pequeño Fernando, “*hacía bailes con un conjunto que se llamó, en el Floripón también, Conjunto Tropical Cuba Nacoba*”. Con ese grupo, hacían bailes en clubes como el “Huracán, El Holanda y muchos más. Inclusive llegaron a tocar en el Country de Punta del Este y en Buenos Aires”. Comentó también que su padre, al igual que él con sus hermanos ahora, iba a tocar a comités del Frente Amplio, lo que le produjo problemas en la época de la dictadura. Después de un tiempo, parece que las fuerzas represivas

fueron a buscar a su padre “*al Dique, lo encapucharon y lo guardaron un mes, y nosotros no sabíamos nada*”.

Martha Del Río explicó que muchas familias afrodescendientes llegaron al Cerro entre desde el siglo XIX. Sonia Romero Gorski comentando otro autor, aseguró que cuando se fundó la Villa en 1834, algunas personas pensaron en colocarle el nombre “Angola”, “*pues se habrían instalado allí un número importante de individuos de origen africano*” (Romero, 1995, p. 92). Algunas de las familias que mencionó Martha se transformarían en referencias de la historia afrocerrense. Entre ellas, “*los Machado, los Asambuya, los Fernández de la calle Río de Janeiro [se refiere al padre y tíos de Iguazú Fernández], los Paladino son una familia afro de tradición en el Cerro, los Rodríguez de Río de Janeiro y Charcas*”. Del Río aseguró que la mezcla de orígenes y etnias fue muy grande y algunos grupos, como los lituanos, fueron perdieron eso de vincularse entre ellos.

Una continuidad que si se pudo percibir entre los años ‘70 y la actualidad, es la presencia de la música tropical y el candombe en la Villa del Cerro, Casabó, Cerro Norte y proximidades. Olga Rodríguez, mujer afro de más de 60 años, contó que en su “tiempo libre” iban a la playa del Nacional y a bailes en el Club Holanda de Casabó. Allí se bailaba sobre todo música tropical. Era un sótano que se vendían empanadas y bebidas, tipo una peña, donde “*se bailaba al costado de la mesa*” e iba con amigas o con gente de las comparsas.

Martha Del Río comentó que en la década de 1970 no era bien vista la música tropical y sí, más bien, el canto popular y el rock. En cuanto a murgas cerrenses recuerda que existió una llamada *La Farola*, que salió en 1968, 1969. Después pasaría a ser *La Soberana*. Otra fue *Las Geishas*, que pertenecía a Luca García y ensayaban en Bogotá y Bélgica, frente a lo que era el Teatro de Verano. Con respecto a las comparsas, recordó que antes de la Dictadura hubo algunas iniciativas. Entre ellas estaba “*Hermandad Cerrense*”, que salía en la calle Suecia esquina Grecia, en un terreno baldío. Era una comparsa de negros y lubolos, compuesta tanto por afros como por blancos.

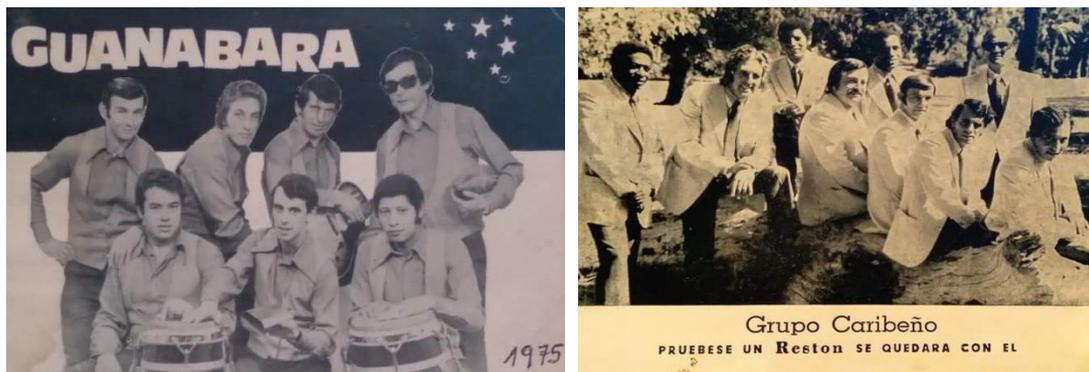
Teresa Fernández, por ejemplo, tía de Iguazú, formó parte del staff del Sodre, era cantante lírica y fue una de las personas que lo impulsó al canto y a la música. Otra figura relevante fue su tío José Luis Fernández, que formó parte del Combo de Guanabara que fue “*la primera charanga uruguaya, acá dentro del Cerro. Y estaba mi tío José Luis, mi tío Juan Carlos. Mi tío José Luis ya no está pero nos dejaron todo ese legado*”. Todos ellos eran hermanos de su padre. También remarcó la figura de su primo Mario, “*Marito*”, “*que era más compositor que cantante. Mi tío era un cantor de aquellos, cantaba*

todo, cantaba *Son Cubano*, portugués, de todo cantaba”. Según Iguazú, ellos también aprendieron en la familia, como él.



Fotografía de conjunto musical donde aparecen los tíos de Iguazú: Teresa y José Luis, en las escaleras del Sudamérica. Fotografía cedida por Iguazú F. Sin fecha.

Una de las anécdotas más interesantes referidas al ambiente cultural de su familia, se refiere a que en la casa de su tío se juntaban a tocar música, “*venían todos, familia y amigos y era, él no dormía porque las camas y los colchones, por todas partes había gente, tirados por todos lados. Y él andaba en la vuelta, no se acostaba*”. Su tía Teresa, además de cantante lírica, confeccionaba el vestuario de la orquesta, era la costurera, “*inmaculada, se sentaban en el palacio Sudamérica todos inmaculados. Le decían la Celia Cruz uruguaya, era negra y muy ‘ohh’, cantaba lírico-tropical, era una cosa extraña pero era muy bueno, muy lindo*”. El ritmo familiar era el tropical, mucho más que el candombe. También cantaban “brasileiro” en su familia, bossa nova, los temas de Vinicius, Toquinho, entre otros. Además del Combo de Guanabara, esos mismos músicos fundaron “El grupo Caribeño”. Como se observa en las imágenes, los familiares de Iguazú eran los únicos afrodescendientes de los conjuntos.



Fotografías cedidas por Iguazú Fernández. Ambas corresponden a los conjuntos en los que salieron sus tíos: C. de Guanabara y Grupo Caribeño. Década de 1970.

Para él, era un grupo de jóvenes del barrio, “Los negritos del barrio. Hay una canción que está buena que cantan ellos, que habla de los negros tocando acá en el Cerro, para los turistas que van subiendo al Cerro, dice algo así: “son los morenos, que están tocando cumbia, pa' los turistas que van subiendo al Cerro”. Se refiere a la canción del conjunto El Combo de Guanabara, llamada “El turista” (1969)⁶.

Para Fernández, en su familia era todo “*Muy tropical, todo muy tropical, todo muy amante de...*” Frente a esta afirmación, surgió la duda sobre el origen de estos intereses y dotes musicales de su familia, ya que sus abuelos paternos eran de Florida y a no ser por una radio es poco probable que tuvieran contacto con estos ritmos en el interior del país. Para él se debe a que “*hubo un furor de la música, los Wawancó y todo esa música que se escuchaba en las fiestas, en el pasadiscos. En el barrio había un pasadiscos y ese se sacaba y escuchaban, bailaban todos, las fiestas que te contaba que armaban. Cerraban, pedían permiso en la 24 y cerraban Río de Janeiro de Prusia hasta Ecuador*”. En estas ocasiones, recuerda Iguazú, muchas veces, los barriles de cerveza o las damajuanas de vino o clericó, las colocaban dentro del aljibe para conservar la temperatura.

Por otra parte, algo interesante de la experiencia de Martha es que su madre no tenía mucha aceptación con el candombe y su ambiente “*porque viste que todo lo afro no estaba bien visto en la época*”. Para ella, era un espacio más masculino y “*los varones se conectaban más con ese ambiente*”. Su madre, cuenta ella, tenía la necesidad de “*blanquear*” a sus hijos e hijas, porque pensaba que así las protegía. Aunque no pudo controlar ni interés ni las raíces culturales, por lo que “*igual saltó y a los años salí en una comparsa*”.

⁶ Disponible en: <https://www.youtube.com/watch?v=RDp2o-rwNUQ>. Minuto 17:12.

AfroCerro, según Olga R., fue la primera comparsa de Casabó y salió por primera vez en 1999. Dentro del Cerro sí hubo otras, además de “Hermandad Cerrense” que mencionó Martha. En 1966, según dijo, salía la comparsa la *Gran Clásica del Cerro*, que era de la familia Alvarado y se llamaba así porque llevaba los colores de los dos cuadros de fútbol principal del barrio: Cerro y Rampla. Fernando, nieto de Adán Alvarado, creador de la *Clásica*, había manifestado que creía que había salido en 1963 o 1964. Si bien las fechas no coinciden, nos permiten deducir que fue a mediados de la década de 1960.

Otra comparsa que menciona es “Negranzas”, también de la familia Alvarado, existente aparentemente en los años '80. Actualmente denominada “*Africanísima Negranza*”. Fernando Alvarado contó que el título era de uno de sus hermanos y todo empezó en las proximidades de Cuba y China. Dijeron: “*vamos a hacer una comparsa, vamos con los Asambuya y ahí arreglaron quienes se encargaban de cada cosa*”. Su tío, por ejemplo, fue jefe de tambores. Ellos los pintaban, su madre hacía la ropa y todo así, “*en complemento con los Asambuya, fue así que se formó Negranzas. Mi hermana Mónica que era Vedette, siendo niña salió en Maracumbé, que era de los Asambuyá. Después se juntaron con los Alvarado e hicieron una fusión*”. El toque de su familia, comentó, es más parecido al de Ansina.

Luego de Maracumbé (salió durante la dictadura), según Rodríguez, Asambuya se la compró a Alvarado y, como no puede seguir con el mismo nombre, pasó a llamarse “*Africanísima Negranzas*”. Olga comentó que la familia Alvarado era muy grande, vivían en una casilla y generaban unión en el barrio, “*hacían guerrilla de agua, íbamos con el medio tanque, la chata, a pedir agua a la esquina, Cuba y Perú, que había una canilla. Y eso, ese movimiento, lo hacemos después nosotros acá. [...] Empezamos a trasladar todas esas cosas ahí e ir metiendo*”.

Los Asambuya son otra familia afrodescendiente reconocida del Cerro y presente allí, por lo menos, desde la década de 1960 hasta hoy. En la dictadura, según el testimonio de Olga Rodríguez, no salieron comparsas de personas adultas en el Cerro porque era muy costoso sacar una, “*los frigoríficos cerrados, Grecia se había cerrado*”.

Es por ese motivo que, según el testimonio de Rodríguez, Asambuya y Omar sacan en dictadura, Maracumbé, una comparsa de niños. Ella explicó “*¿Hijos de quién? De los que habían salido en la Gran Clásica, y de ellos por supuesto, y de familiares de ellos. Y de algún vecino*”. La existencia de redes sociales y familiares afrodescendientes quedan visibles en este testimonio. Tomando como hilo conductor y de transmisión al candombe y la cultura afrodescendiente, fueron creando lazos comunitarios e

identitarios que hoy se reafirman, por ejemplo, en *AfroCerro* y las actividades que realizan.

Olga deja claro que llevaba a sus hijos allí porque era el lugar que tenían para poder escuchar un tambor, conectar con esa expresión cultural. Sobre todo porque “*A Palermo no podríamos ir porque se prendía fuego... Por la presencia de la policía, los desalojos de Medio Mundo y Ansina. Todo eso era, ir allá era peligroso, corríamos riesgo. Estamos hablando de la Dictadura.*” Su vínculo con el candombe se dio a través de su hermano mayor a los 14 años, cuando la llevo a las Llamadas. Ella fue una de las fundadoras de *AfroCerro* junto a su hijo. Y actualmente participa de varias maneras, entre ellas, como ‘Mamá vieja’.

A modo de cierre

Durante los ‘90, se consolidaron políticas económicas y sociales neoliberales, algunas iniciadas durante la dictadura, que fragmentaron más aún el tejido social y ampliaron las brechas de desigualdades existentes. Estos procesos, de cierta manera, aún permanecen vigentes. Al mismo tiempo que han habido movimientos barriles en pro de sus derechos, entre los que se resalta el de la población afrodescendiente y las campañas de concientización contra la discriminación y por la equidad.

Actualmente, este tipo de actividades se realizan, por ejemplo, en el barrio Casabó y alrededores (sobre todo en las escuelas). Varios de los testimonios relevados reconocieron que en los años '70 no existían espacios donde se reunieran específicamente para reflexionar o discutir sobre esos temas. Martín Núñez coincidió con su madre, Olga, en la explicación de que recién a partir de la fundación de la comparsa *AfroCerro*, en 1999, se comenzó a hablar más de estos temas en el barrio, sobre todo en Casabó.

Las prácticas sociales de las personas afrodescendientes habitantes de la zona (Villa del Cerro, Casabó, Cerro Norte, entre otras), vienen forjando un papel importante en la visibilización y valorización de la comunidad afro. A nivel cultural, de sus raíces, tradiciones y cosmovisiones, de la religiosidad y espiritualidad, expresiones artísticas, política y participación. Parte de una práctica por el reconocimiento que contribuye a la construcción de subjetividades, identidades colectivas, promotoras del respeto y, en gran medida, de la no discriminación.

Hoy puede ser visible un mayor reconocimiento de los derechos e identidad afro-uruguaya, un proceso que viene desde hace décadas y que ha tenido a este grupo social como el principal motor. La propia existencia étnicas e conforma como práctica de

resistencia frente a las desigualdades y el racismo cotidiano al que hicieron y hacen frente hasta hoy. Esto no quiere decir que todas las personas afrodescendientes - residentes en el barrio - compartan estas experiencias y posiciones pero es innegable la existencia de un grupo importante que sí. Y que esto sea posible actualmente se debe a la herencia de hechos, procesos y redes construidos históricamente, hilos visibles con la década de 1970.

Referencias

ANDREWS, G. **Negros en la Nación blanca**: historia de los afro-uruguayos, 1830-2010. Montevideo: Librería Linardi y Risso, 2011.

CABELLA, W.; NATHAN, M.; TENENBAUM, M. La población afro-uruguaya en el Censo 2011. **Atlas sociodemográfico y de la desigualdad del Uruguay, fascículo 2**. Uruguay: Editorial Trilce, Instituto Nacional de Estadística (INE), Programa de Población (Facultad de Ciencias Sociales), UdelaR, 2013. Disponible en:

https://www.ine.gub.uy/documents/10181/34017/Atlas_fasciculo_2_Afrouuguayos.pdf/ec7ecb3f-ca0a-4071-b05f-28fdc20c94e2.

CAETANO, G. **Historia Mínima de Uruguay**. Montevideo: Talleres gráficos Tradinco S. A. y El Colegio de México, 2020.

CENTRO LATINOAMERICANO DE DEMOGRAFÍA (CELADE). **Datos de censos de 1963, 1975 y 1985**. Unidad de Métodos y Acceso a Datos de la Facultad de Ciencias Sociales. UdelaR, 2020.

DAVIS, A. **Mujeres, raza y clase**. España: Ediciones Akal S. A., 2020.

ERRANDONEA, A. "Historia institucional de la Sociología [inédito]". **Revista de Ciencias Sociales**, Departamento de Sociología, año XVI, n. 21, ago. 2003. Disponible en:

https://www.colibri.udelar.edu.uy/jspui/bitstream/20.500.12008/6771/1/RCS_ErrandoneaHistoria_2003n21.pdf.

FERNÁNDEZ, I. Canción "Casabó, Escuela n° 318, "República de Lituania". Disponible en: <https://www.youtube.com/watch?v=dXz4iDYFVIw>.

FERNÁNDEZ, I. Entrevista realizada el 23 de noviembre del 2021, por Tania Rodríguez.

GRACERAS, U. *et al.* **Informe preliminar sobre la situación de la comunidad negra en el Uruguay**. Universidad de la República, Instituto de Estudios Sociales. Montevideo: Dirección General de Extensión Universitaria, División Publicaciones y Ediciones Montevideo, 1980.

MONTAÑO, O. Historia. **Portal Candombe**, 2010. Disponible: https://www.candombe.com.uy/historia_seccion1.html.

NUÑEZ, M. Entrevista realizada por Tania Rodríguez, el 3 de noviembre del 2021, en barrio Casabò.

Epistemologías decoloniales, interseccionalidad e transfeminismos: raza, género, clase, territorio e marcadores sociales da diferença

Afrodescendencia en Montevideo: redes barriales y culturales de sociabilidad (Villa del Cerro, 1970-1985)

DOI: 10.23899/9786589284512.4

OLAZA, **Mónica**. Ayer y hoy: afrouuguayos y tradición oral. Montevideo: Ediciones Trilce, 2009.

PELLEGRINO, A. "Aspectos demográficos, 1963-1985". In: APPRATTO, C.; ARTAGAVEYTIA, L.; ASTORI, D. et al. **El Uruguay de la Dictadura (1973-1985)**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2004.

PELLEGRINO, A.; CABELLA, W.; PAREDES, M.; POLLERO, R.; VARELA, C. "De una transición a otra: la dinámica demográfica del Uruguay en el Siglo XX". In: NAHUM, B. (org.) (2008). **El Uruguay del siglo XX**. Tomo III: La Sociedad. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2008.

PEREDA VALDES, I. "A modo de prólogo". In: GRACERAS, U. et al. **Informe preliminar sobre la situación de la comunidad negra en el Uruguay**. Montevideo: Universidad de la República (UdelaR), Instituto de Estudios Sociales, Dirección General de Extensión Universitaria, 1980.

PÉREZ GOFFRE, A. M. Entrevista realizada por Alesandra Martínez, Jazmina Suárez y Tania Rodríguez en el barrio Casabó, el 22 de agosto del 2020.

PORRINI, R. (coord.) **El Cerro, una comunidad obrera en crisis (1957-1973)**. Uruguay: Ediciones Universitarias, CSIC, UdelaR, 2021.

PORRINI, R. **Proyecto Memorias, historias y re-construcción de la comunidad barrial del Cerro**. Primera fase (1969-1980). CSIC, Programa VUSP-2, UDELAR, 2019.

RODRÍGUEZ, O. C. Entrevista realizada el 10 de noviembre de 2021, por Tania Rodríguez y Alesandra Martínez, en la casa de Olga, barrio Nuevo Casabò.

ROMERO GORSKI, S. Una cartografía de la diferenciación cultural en la ciudad: el caso de la identidad cerrense. In: GRAVANO, A. (comp.). **Miradas urbanas y visiones barriales**. Uruguay: Ed. Nordan Comunidad, 1995.

TESTA, Y.; BRAGA, P.; RIVERO, O. (2014). **Atrás de la vajilla**. Documental, duración: 21:44 minutos. Uruguay. Disponible en: <https://www.youtube.com/watch?v=z-eAcOOIKi4>.

Mulheres e homossexualidades na ditadura civil militar (1964 – 1985)

Edmilson Alves Maia Júnior*

Jamile Pinheiro da Silva**

Antônio Jacó de Oliveira Neto***

Introdução

Os Conflitos políticos do período que antecede o golpe civil militar de 1964, caracterizou um simbolismo que influenciou nas mobilizações de grupos onde se expressaram favoravelmente a derrubada do governo João Goulart e ao movimento anticomunista. Ainda que seja preciso expor sobre tais articulações do golpe, é necessário compreender o contexto de guerra fria que muito se discutia na época no Brasil. Por isso, cabe pensar estas temáticas a partir de uma construção de narrativas e análises de vestígios, que neste caso, apresentamos com a variação de fontes e autores importantes para o pensamento investigativo e a interpretação histórica.

Desse modo, visamos pensar as relações gerais dos grupos aqui estipulados, a atuação pertinente dos mesmos que capacitaram a tríade de momentos da ditadura de 1964, como ressalta o pesquisador (Napolitano, 2020, p. 18): “A grandeza daquele momento histórico, situado entre os finais dos anos 1950 e meados dos anos 1960, se traduz como um ponto de tensão, um momento de acúmulo tal de energias que destruiu tudo o que veio antes e criou tudo o que veio depois”. Assim, selecionamos momentos de envolvimento em que se fazem protagonistas desses aspectos, mulheres héteros, lésbicas, gays e travestis, para que dessa maneira, possamos refletir quais circunstâncias os levaram as interpretações e esquecimento dentro do regime.

* Doutor em História (UFMG), docente do curso de História (FECLESC/UECE). E-mail: edmilson.junior@uece.br

** Graduanda em História e bolsista de monitoria Promac pela Universidade Estadual do Ceará (FECLESC/UECE). E-mail: jamilepinheiro.silva@aluno.uece.br

*** Graduando em História e bolsista CAPES em residência pedagógica pela Universidade Estadual do Ceará (FECLESC/UECE). E-mail: antonio.jaco@aluno.uece.br

Assim, tendo em vista que a historiografia brasileira apresenta déficits no que tange a pesquisa e o pouco conteúdo acerca desses grupos marginalizados pela Ditadura Militar brasileira, este artigo tem por objetivo estudar e colocar em pauta o olhar e as vivências desses indivíduos prejudicados pelo autoritarismo e censura ocorridos durante o período aqui tratado. Bem como trazer à tona, memórias subterrâneas de grupos subalternos, que por fatores também geográficos acabaram à margem da história, nesse caso, evidencia-se essas populações que vivem fora do eixo sul-sudeste.

Vale realçar que essa pesquisa se inicia a partir do momento em que alguns estudantes do curso de licenciatura em História, na Universidade Estadual do Ceará (FECLESC/UECE), dentro da disciplina de Introdução aos Estudos Históricos, sentiram uma necessidade de discutir esses grupos pois acreditam que são subalternos na historiografia. Sendo assim, a partir disso novos caminhos e possibilidades começam a aparecer, o que proporcionou de maneira muito significativa a introdução dessas pesquisas dentro de sala de aula, apresentada construindo juntamente com o projeto de monitoria acadêmica uma reflexão teórica sobre a historiografia acerca desses grupos no período ditatorial.

Por essa razão, foi possível relacionar temas das mais diversas características, para o aprofundamento dos autores aqui discutidos, como por exemplo, as pesquisas que aqui serão relatadas. De modo geral, quando pesquisamos e estudamos algo relacionado a Ditadura Civil-Militar brasileira, a historiografia logo deixa evidente assuntos já tratados de forma muito sólida dentro do espectro educacional e científico, e marginaliza o que por muito tempo foi e é relacionado como assuntos secundários. A partir dessa indignação, foram realizadas pesquisas e estudos acerca do tema de forma individual e conjunta, onde foram realizadas apresentações e discussões.

Posto isso, o presente artigo visa estabelecer uma relação entre mulheres, homossexuais e travestis no cenário ditatorial brasileiro, compreendendo como estes grupos sociais participaram contra e a favor do projeto político, atuando nas mais diversas frentes de resistência e apoio aos setores ditatoriais. Para tal, dialogamos com Biroli (2014), Alves e Pitanguy (2022), Green e Quinalha (2014) e Maria Caia (2022), dentre outros, que contribuíram para o aprofundamento da pesquisa em questão.

A subalternização das mulheres na historiografia brasileira

Pensar o gênero feminino diante um contexto como de uma ditadura, se faz necessário para entender como ocorre articulações de movimentos autoritários.

Podemos notar que o gênero feminino é relacionado a tais problemáticas quando eles identificam a necessidade de mobilizar um consenso social, a fim de tentar reestruturar um modelo de sociedade imaginada, onde culminavam, principalmente, no temor do “Perigo Vermelho” (Motta, 2000). Muito se acredita nos interesses da extrema direita em atribuir seus discursos conservadores na sociedade, e naquele momento estrategicamente, foi pensado em incluir grupos específicos para que eles pudessem ter domínio na derrubada do governo Jango.

Historicizar a presença da mulher em fatores como esses é um ensejo para pluralizar os agentes da memória de mais de 20 anos de regime antidemocrático. A busca por analisar essas mulheres, vêm da demanda historiográfica, pensada em questionar o apagamento de fatos e fontes que dificulta e impede o entendimento da época. Para isso, é imprescindível notar que a esteira da opressão durante esse momento, não foi gerenciada somente pelo sexo masculino, mas estigada e redirecionada com participação direta de ações femininas, o que nos incita a provocar os traços epistemológicos da subordinação em que se localizavam essas mulheres, brancas, pretas, lésbicas e heterossexuais.

Incontáveis serão a experiência vivenciada por cada uma das corporações que abriam minimamente um espaço para essas mulheres. De 1962 a 1988, ocorreu no Brasil movimentos femininos intensos que serviram de base em muitos setores políticos - culturais. Esses preenchimentos nos auxiliam a contradizer sobre as disputas de narrativas presentes dentro da temática. A construção do campo teórico feminino, nos ampara a refutar os lugares onde resistem a memória dessas mulheres. Apoiado nas suas próprias experiências sobre o tema, diversas fontes, como fotos, notícias de jornais, filmes e relatos, nos mostram que elas estavam presentes em todo o percurso da época.

Entretanto, o que posterga essa investigação, são as esferas do sistema capitalista dentro de uma sociedade rígida e suas relações com o patriarcado. A demonstração disso se expõe nas relações igualitárias de poder, o que caracteriza um fragmento fundamental dentro do âmbito público e privado, como podemos destacar que: “Nesse quadro, a preservação da esfera privada em relação à interpretação do Estado e mesmo às normas e valores majoritários na esfera pública significou, em larga medida, a preservação de relações de autoridade que limitaram a autonomia das mulheres” (Biroli, 2014, p. 32). Posto isso, atentamos para os métodos de controle do patriarcado, sustentado pela opressão capitalista que priva a mulher do ramo social.

Analisando pelo ponto de visto historiográfico, só foi possível observar as mulheres e os estudos de gênero no Brasil, a partir da década de 1960, a contar com pesquisadoras como Heleieth Saffioti, Rose Marie Muraro e entre outras que ao passar do tempo registraram suas vivências e confrontos com o sistema de privação, termo esse que traz problemáticas como a: “[...] vantagem de ser objetivo, mas a desvantagem de mascarar e esconder a existência das relações de poder” (Lerner, 2019, p. 285). Contudo, apesar das intrínsecas relações de poder: “[...] a análise do poder das mulheres também é um jogo de poder” (Perrot, 2021, p. 181).

Por isso, o olhar visto aqui se torna investigativo e plural, desejando apontar o feminino em 20 anos conturbados da história da ditadura do Brasil. O papel civil das organizações femininas que existiram entre 1962 e 1988, determinaram que muitas entidades democráticas e antidemocráticas, se juntassem em etapas de consolidação e possibilidades divergentes, sobretudo pelos contextos de crises políticas enfrentadas diante dos setores públicos. Assim, se faz essencial considerar as transformações políticas culturais, já que a definição de: “Gênero é um conjunto de papéis culturais. É uma fantasia, uma máscara, uma camisa de força com a qual homens e mulheres dançam sua dança desigual” (Lerner, 2019, p. 289).

As mobilizações entre patriotas e transgressoras

Para além das interpretações teóricas sobre o comprometimento das mulheres no contexto, pretendemos ainda observar brevemente os grupos que se destacaram pelo método atuante do “pré-golpe” à Ditadura, ou seja, de grupos/mulheres que apoiaram o Golpe em 1964 a outras que, durante o regime ditatorial, se fizeram opositoras. Assim, esse tópico abordará visões e perspectivas diferentes de quais eram os espaços de atuação e como se difundiram tais mobilizações em determinada época, lembrando sempre que o protagonismo feminino foi visto como tal pelas mesmas em focos distintos, mas que percorrem por todos os setores da repressão.

Em um primeiro momento, discutindo as mulheres de direita que apoiaram o Golpe, apresentamos a Campanha da Mulher Pela Democracia (CAMDE), um grupo idealizado em 1962, que realizou mobilizações durante os anos iniciais da ditadura e que exerceu suas funções aproximadamente por uma década. Fazemos isto, pois como evidencia a historiadora Janaína Cordeiro, é importante: “[...] conhecer melhor a história da entidade e seus atores políticos, para assim compreender o sentido da oposição ao governo reformista de Jango e, em seguida, a adesão dessas mulheres, primeiro ao golpe e depois ao regime civil-militar” (Cordeiro, 2009, p. 45).

A Camde carregou um grande peso não só nos movimentos sociais que clamavam pela queda de Jango, mas nos jornais, programas de TV, e principalmente, na Marcha da Família com Deus Pela Liberdade, um dos atos mais notáveis e que caracterizou o forte apoio civil à ditadura. Os discursos da Camde ofereciam as narrativas que contornavam a política de anticomunismo, pátria, proteção à família e aos bons costumes, categorizando mulheres de direita. Muito do envolvimento das personagens partiram dos vínculos familiares, por serem esposas ou parentes de generais, assim expõe Janaina em seu trabalho produzido diretamente sobre o grupo, o primeiro encontro na casa de Amélia Molina:

A essa reunião do dia 12 compareceram, além das famílias vizinhas, o general Antônio de Mendonça Molina, irmão de dona Amélia e o engenheiro e economista Glycon de Paiva, vizinho de dona Amélia. Estes eram descritos pelo histórico da associação como integrantes de um “Movimento de âmbito nacional em prol da democracia” (Cordeiro, 2009, p. 46-47).

Assim, ao longo dos anos, entre 1962 à 1968, o núcleo formado por essas mulheres direitistas, foi se expandindo em todo o estado do Rio de Janeiro: “Colocando-se como mães e falando em nome da mulher brasileira, seus clamores mobilizavam sentimentos e apelavam a tradições que não se restringiam às elites brasileiras. O medo de que o comunismo destruísse a família, a pátria e a Igreja era real [...]” (Cordeiro, 2009, p. 51). Os maiores meios de movimentação e aliança, foram os jornais, destaque aqui uma das notícias encontradas para a formação de uma passeata:

A Rede de Entidades Democratas (RED), a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), os Círculos de Operários, o Movimento Familiar Cristão, Congregações Marianas, a Cruzada Anticomunista convidam os verdadeiros democratas para a grande reunião de protesto contra o Partido Comunistas, e em defesa das liberdades humanas e solidariedades ao Bravo Povo Mineiro, a realizar-se no dia 10 (dez) de março, às 20 horas na Praça das Nações, em Bonsucesso (O Jornal, 1964, p. 3).

Portanto, a Campanha da Mulher pela Democracia simbolizou um marco para as mulheres, no que se refere à fuga dos espaços de atuação fora do comum na sociedade da época, além disto, elas conseguiram movimentar o apoio à extrema direita com narrações constituindo uma possível sociedade comunista e suas ameaças. Dessa forma, partiremos para o momento em que as lutas e movimentos do gênero se

divergem por razões políticas da época, tipificando os movimentos de esquerdas, uma geração de mulheres marcou entre o fim dos anos 60, 70, mais conhecida como a “Década da mulher” até os anos 80, com a luta pela emancipação feminina e reestruturação da sociedade democrática.

Durante os anos citados, inúmeras mulheres se aliaram a partidos clandestinos para tentar combater a repressão dos militares e todas as camadas que faziam parte do regime. Algumas facetas desse período marcam também o movimento de mulheres como a segunda onda do “movimento feminista”, por isso, salientamos em mostrar que além da jornada em se manter como resistência, precisavam também se manter duplamente transgressoras. Isso significava um enfrentamento à frente de diversas dificuldades postas pelo contexto machista e misógino, podemos compreender tais dificuldades destacadas como a de que:

Essa resistência democrática se expressava no slogan "O povo unido jamais será vencido". Mas esse povo não tinha sexo, orientação sexual, raça, etnia e, quando muito, tinha classe social. Ou seja, não havia espaço para políticas identitárias que, a partir da diversidade, construíssem uma frente ampla comum (Alves; Pitanguy, 2022, p. 107).

Por conseguinte, exprimindo sua força, progressistas se organizaram: “[...] em coletivos informais, grupos de reflexão, centros de estudos em universidades, trabalhando em articulação com outras forças sociais que lutavam contra a ditadura militar [...]” (Pitanguy, 2019, p. 82), criando associações que ofereciam espaço e libertação feminina, como o Centro da Mulher Brasileira (CMB), Centro de Informação da Mulher (CIM), SOS Mulher, e o Fórum Feministas, todos esses conjuntos espalhados nas regiões do Brasil, idealizados a partir da junção das lutas sociais da ditadura com a luta dos direitos da mulher.

Uma nova era: o início da luta homossexual no Brasil ditatorial

A memória subterrânea segundo Polak (1992), diferencia-se das memórias traumáticas, pois de acordo com o mesmo, existem lembranças que ainda permanecem no silêncio, não por serem difíceis ou impossíveis de serem narradas, mas por não poderem aparecer, pois socialmente não possuem reconhecimento e legitimação. Com isso, a partir da década de 70 no Brasil, a relação existente entre memória e história, possibilitou para os movimentos sociais uma significativa contribuição no que se refere

ao uso desse conceito como um instrumento político, principalmente para o movimento homossexual, que terá a sua organização iniciada a partir dessa década.

Acontece que, este cenário que vinha sendo construído no Brasil decorria de fatores e lutas internacionais que ganhava força após o estopim da Guerra Fria, com o arrefecimento da Segunda Guerra Mundial em 1945. As tensões políticas aumentaram significativamente e o domínio de nações capitalistas em países de terceiro mundo cresceram. Com isso, a partir desse período e dos anos iniciais da Guerra Fria, os agentes da segurança nacional, relacionaram a prática homossexual a prejuízo e ao fim da família tradicional nuclear, patriarcal e atual (Green; Quinalha, 2014).

A partir da década de 60 movimentos sociais que iam contra a norma padrão estabelecida pelo sistema capitalista, inseridos em condições onde os oprimidos estavam em pleno contexto de um ataque neoliberal, grupos dissidentes começam o debate acerca dessas temáticas, colocando em cena tais grupos marginalizados pelo aparato social e estatal. Questionando o estilo de vida burguês e os comportamentos sociais impostos pelos mesmos. Diante disso, este fenômeno que causaria espantos na ala ultraconservadora brasileira com seus ideais modernos de liberdade e do amor sem rótulos, tem a sua luta iniciada pouco tempo antes da década de 70.

O Somos e o Lampião da Esquina foram pioneiros e tiveram um papel de destaque na definição de um modelo de militância que seria adotado nos primeiros anos do movimento homossexual. Essa atuação colaborou para que eles fossem vistos como uma espécie de mito fundador da luta pelos direitos das pessoas LGBTQ+ no país. No entanto, Ferreira alerta para os riscos de se construir a história a partir de mitos fundadores que parecem explicar, justificar ou condenar de forma simplista. Essas narrativas tendem a ignorar a complexidade dos eventos históricos e produzir uma visão totalizante e simplista que acaba apagando aspectos importantes da história (Ferreira; Sacramento; 2019).

Em síntese, faz-se necessário evidenciar que por muito tempo as homossexualidades dentro de um contexto de militância nos espaços mais à esquerda do segmento político, colocavam essas pautas homossexuais sempre em segundo plano. E isso se devia ao fato que a própria esquerda latino-americana ficou presa às amarras de um sistema conservador e a valores religiosos que iam contra aos direitos dessas classes excluídas.

A partir disso, a ligação existente entre história e memória vai possibilitar para comunidade LGBTQIAP+ um significativo mecanismo de estudo capaz de auxiliar no entendimento desses indivíduos subalternizados pelo sistema vigente. Acontece que, a

resistência desses indivíduos contra o aparelho autoritário e sanguinário, colocaram em evidência ainda dentro desse marco temporal caracterizado entres as décadas de 60 a 80, a relação entre as homossexualidades e o carnaval. Onde, para Green (2014), essa festa popular brasileira é compreendida como um espaço onde as possibilidades desses indivíduos se expressarem livremente, sem a censura dos vigilantes, é marcada por um local de pertencimento e resistência.

Com as discussões crescendo de maneira significativa dentro do grupo e dos espectros da esquerda, a luta a favor das minorias, vai ser colocada em segundo plano, ou seja:

À ‘luta específica’ contrapunha-se ‘a luta maior’, como se houvesse uma contradição insolucionável entre as mobilizações para derrubar a ditadura e, ao mesmo tempo, as campanhas para eliminar preconceito e discriminações sexuais. Nem os ativistas gays e lésbicas, nem os defensores das esquerdas no debate tinham uma linguagem ou uma perspectiva mais universal para conversar sobre o tema (Green; Quinalha, 2014, p. 191).

Por fim, a partir da década de 70, os movimentos LGBTQ+ no Brasil tiveram uma formação diversificada, com algumas organizações focando em uma politização intensa, o que gerou críticas internas, enquanto outras concentraram-se na luta contra o preconceito. Isso ocorreu porque dentro da esquerda, as demandas das lésbicas e gays muitas vezes eram marginalizadas, causando desacordos e divisões. Organizar-se politicamente era especialmente desafiador em um contexto de ditadura repressiva, onde opositores eram torturados e mortos diariamente. No entanto, é importante destacar a notável contribuição dos movimentos sociais por sua resistência e existência corajosa diante dessa tirania brutal.

Existência e resistência: lésbicas e travestis na Ditadura Militar Brasileira

A organização política idealizada por movimentos sociais durante a Ditadura Militar brasileira vai ser caracterizada por tensões, críticas e rachaduras. O Somos - Grupo de Afirmação Homossexual, que surgiu na cidade São Paulo, no ano de 1979, vai ter em sua composição, um grupo pouco citado e estudado pela historiografia, a *Facção lésbicas - feminista*. A LF, como é conhecida, vai se tornar independente do Somos em 1980, após discussões enfrentadas por setores do próprio grupo.

As dificuldades que o primeiro grupo de lésbicas organizadas encontrariam, seriam, principalmente, estar inseridas em um governo ditatorial, repressivo e cruel.

Onde a moralidade imposta dentro do corpo social, acabava sendo pauta de diversos debates e lutas para a promoção da liberdade, respeito e visibilidade. Contudo, outras questões acabaram entrando em pauta, como “enfrentamento da esquerda ortodoxa que não compreendia a necessidade de se pensar a sexualidade, o racismo, machismo e etc. (Fernandes, 2014, p. 126).

Dito isso, a participação do LF nos debates acerca das organizações homossexuais no Brasil cresceu de forma significativa. No primeiro Encontro Brasileiro de Homossexuais - I EBHO, sediado na cidade de São Paulo, no final de 1979, as lésbicas tiveram um forte papel no que tange a organização do evento, contando com várias participantes do LF, que com sua forte contribuição, o vento alcançou um certo êxito, apesar das circunstâncias. Onde, de acordo Fernandes (2014, p. 132) “O debate que atraiu o maior número de participantes, setenta pessoas, foi justamente a discussão sobre ‘a questão lésbica, o machismo entre homossexuais e papéis sexuais’”.

O segundo grupo que aqui, será abordado, ainda hoje, é marginalizado e apagado pela historiografia. Entender o movimento das mulheres trans e travestis no Brasil marcado por um governo de direita ultraconservadora, é compreender também que a sociedade em geral, também contribuiu com a violência causadas a esta população. Aqui, buscarei delimitar alguns acontecimentos mais centrais que marcaram o movimento, como a Operação Tarântula no Estado de São Paulo entre as décadas de 70 e 80.

Na cidade de São Paulo, já na década de 80, um dos delegados mais truculentos e perversos da Ditadura Civil Militar entrava em cena. O delegado Wilson Richetti, responsável por arquitetar uma das operações que torturou, matou perseguiu mais de 300 travestis na maior cidade do país e da América Latina, colocando em prática sua mortal e perversa operação.

A operação Tarântula foi traçada em 1987, pela polícia civil do Estado de São Paulo. Uma ação higienista, fruto das ações que vinha sendo planejadas há muito tempo, justamente com o principal intuito de prender e torturar as travestis. Isso porque, segundo Green e Quinalha (2014), no início dos anos 1970 a polícia civil passou a fazer rondas para reprimir a criminalidade nas grandes cidades, por meio de blitz.

Outro ponto importante a ser destacado, aqui já fora do eixo sul-sudeste, foi a tentativa de se organizar o primeiro Congresso idealizado por um padre e uma travesti, entretanto, a possibilidade de acontecer a movimentação foi proibida pelo aparato repressor da Ditadura em Recife, Pernambuco. Um dos organizadores do I Congresso das Bonecas, batizado de forma sensacionalista pela mídia pernambucana, Padre

Henrique, conhecido por celebrar missas para prostitutas, travestis, bichas afeminadas e por ser casado.

Sendo assim, o advento do movimento lésbico e trans no Brasil ditatorial, vai ser marcado por dificuldades, repressão e censura. Entretanto, no que concerne ao fato de que ambos os grupos foram vítimas do apagamento de suas narrativas e vivências, se faz necessário aqui, destacar que muito dos acontecimentos que marcaram a trajetória dos movimentos sociais no Brasil, foi fruto da organização desses dissidentes que souberam de fato, organizar-se para que futuramente, os frutos fossem colhidos.

Considerações finais

Por fim, na tentativa de efetuar uma aproximação nas esferas da historiografia brasileira, dentro das temáticas do gênero, ditadura e sexualidades, percebemos a importância de explorar os campos de investigação, a partir dos vestígios apresentados durante o projeto de monitoria. Assim, foi possível questionar o papel do historiador e sua observação teórica ao longo do tempo, relacionado às discussões de memória, fontes históricas e os aspectos da disciplina do curso de história.

Em vista disso, buscamos exibir os papéis sociais e as ações desenvolvidas por indivíduos subalternizados durante o regime militar brasileiro. Analisando o contexto em que essas pessoas foram ativas e vistas como atuantes, começamos exibindo a formação de mulheres da CAMDE, que pretendiam proteger a sociedade da época das possíveis ameaças do fantasma do comunismo. Atentando também para as mulheres que agiram de frente contra a repressão e sua influência na criação de associações que visavam preservar os direitos das mulheres e sua emancipação.

Em seguida, foi posto em evidência a luta homossexual e a tentativa de organização política, como o surgimento do Grupo Somos, que contribuiu de maneira significativa para a politização do movimento. E por fim, foi colocado em questão o surgimento do Movimento Lésbico e a sua contribuição para a luta homossexual, bem como também, a necessidade da luta trans e travestis na organização e mobilização das lutas.

Referências

ALVES, B. M.; PITANGUY, J.; **Feminismo no Brasil**: memórias de quem fez acontecer. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2022.

Epistemologias decoloniais, interseccionalidade e transfeminismos: raça, gênero, classe, território e marcadores sociais da diferença

Mulheres e homossexualidades na ditadura civil militar (1964 – 1985)

DOI: 10.23899/9786589284512.5

BIROLI, F. O público e o privado. In: MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. (orgs.). **Feminismo e Política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 31-46.

CARR, E. H. **Que é História?** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CORDEIRO, J. M. **Direitas em Movimento**: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

FACCHINI, R. Movimento Homossexual no Brasil. **Caderno AEL**, Campinas, v. 10, n. 18/19, p. 81-125, 2003.

FERNANDES, M. Lésbicas e a Ditadura Militar: uma luta contra a opressão e por liberdade. In: GREEN, J. N.; QUINALHA, R. (orgs.). **Ditadura e Homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2021. p. 126-148.

GREEN, J. N. et al. (orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

GREEN, J. N.; QUINALHA, R. (orgs.). **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

LERNER, G. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

MARIA, C. Precisamos reescrever toda a história do Brasil considerando onde estavam as travestis. **Ezatamag**, 26 abr. 2022. Disponível em: <https://ezatamentchy.com.br/memoria/>. Acesso em: 24 jan. 2023.

MOTTA, R. P. S. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). 2000. 368 f. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: https://www.academia.edu/12851483/EM_GUARDA_CONTRA_O_PERIGO_VERMELHO_O_ANTICOMUNISMO_NO_BRASIL_1917_1964. Acesso em: 12 mar. 2022.

NAPOLITANO, M. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2020.

OKITA, H. **Homossexualidade**: da opressão à libertação. 2. ed. São Paulo: Sundermann, 2015.

PERROT, M. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2021.

PITANGUY, J. A carta das mulheres brasileiras aos constituintes: memórias para o futuro. In: HOLLANDA, H. B. de (Org.). **Pensamento Feminista Brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 81-96.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

TREVISAN, J. **Devassos no Paraíso**: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

Editora CLAE

2024